

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	21
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	141
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	142
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	143
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	144

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	205.362
Preferenciais	0
Total	205.362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	55.972.967	52.925.205
1.01	Ativo Circulante	10.836.815	9.828.112
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.608.812	1.785.100
1.01.02	Aplicações Financeiras	837.426	2.190.635
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	837.426	2.190.635
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	837.426	2.190.635
1.01.03	Contas a Receber	3.580.677	3.739.452
1.01.03.01	Clientes	3.580.677	3.739.452
1.01.04	Estoques	415.372	236.117
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.401.996	1.181.687
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.401.996	1.181.687
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	626.257	361.349
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	775.739	820.338
1.01.07	Despesas Antecipadas	365.456	198.506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	627.076	496.615
1.01.08.03	Outros	627.076	496.615
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	243.540	239.189
1.01.08.03.02	Outros Ativos	272.176	200.264
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	29.663	30.643
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	81.697	26.519
1.02	Ativo Não Circulante	45.136.152	43.097.093
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.263.147	4.579.313
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.771	12.929
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	13.771	12.929
1.02.01.04	Contas a Receber	231.925	238.683
1.02.01.04.01	Clientes	231.925	238.683
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	101.772	80.258
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.915.679	4.247.443
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	514.950	662.433
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	39.226	65.397
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	1.444.299	1.377.560
1.02.01.10.06	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	945.694	889.472
1.02.01.10.07	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	207.335	517.878
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	210.022	208.003
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.389.205	526.700
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	164.948	0
1.02.02	Investimentos	1.473.697	5.739.739
1.02.02.01	Participações Societárias	1.473.697	5.739.739
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.473.697	5.739.739
1.02.03	Imobilizado	22.626.361	19.775.260
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.024.764	12.047.031
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.037.283	6.880.134
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	564.314	848.095
1.02.04	Intangível	15.772.947	13.002.781

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.04.01	Intangíveis	15.772.947	13.002.781
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.389.825	2.422.319
1.02.04.01.03	Autorizações	9.597.912	4.265.680
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	673.041	3.202.613

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	55.972.967	52.925.205
2.01	Passivo Circulante	13.718.928	12.057.530
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	378.655	343.541
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	378.655	343.541
2.01.02	Fornecedores	3.853.828	4.385.356
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.438.009	4.089.977
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	415.819	295.379
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.845.566	2.205.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.575.760	1.927.105
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	76.081	78.351
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	2.499.679	1.848.754
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	202.476	212.043
2.01.03.02.01	ICMS	202.476	212.043
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	67.330	65.881
2.01.03.03.01	ISS	67.330	65.881
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.278.083	1.264.967
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.259.855	1.264.967
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	166.300	155.290
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.093.555	1.109.677
2.01.04.02	Debêntures	18.228	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.362.796	3.858.637
2.01.05.02	Outros	4.362.796	3.858.637
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	453.748	661.494
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	330.313	343.142
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	518.654	507.685
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	263.724	222.829
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.912.039	1.353.869
2.01.05.02.08	Outros Passivos	136.027	21.327
2.01.05.02.09	Outras obrigações contratuais	748.291	748.291
2.02	Passivo Não Circulante	16.679.981	15.470.310
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.558.984	3.704.858
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	714.121	1.933.061
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	659.484	781.444
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	54.637	1.151.617
2.02.01.02	Debêntures	1.844.863	1.771.797
2.02.02	Outras Obrigações	12.771.651	10.647.474
2.02.02.02	Outros	12.771.651	10.647.474
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11.348	13.540
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.118.236	1.150.531
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	626.627	666.612
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	10.693.721	8.595.004
2.02.02.02.09	Outros Passivos	321.719	171.557
2.02.02.02.10	Operações com Derivativos	0	50.230
2.02.04	Provisões	1.349.346	1.117.978
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.349.346	1.117.978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	599.531	473.391
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	212.014	214.450
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.825	5.825
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	499.370	392.972
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	32.606	31.340
2.03	Patrimônio Líquido	25.574.058	25.397.365
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	375.219	408.439
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	24.599	54.998
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.984	-163
2.03.04	Reservas de Lucros	10.914.879	11.514.879
2.03.04.01	Reserva Legal	1.250.448	1.250.448
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.124.411	2.124.411
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	600.000
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.540.020	7.540.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	809.913	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.844	-3.844

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.055.319	17.567.847	5.067.516	14.756.120
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.838.833	-8.826.109	-2.314.158	-6.959.884
3.03	Resultado Bruto	3.216.486	8.741.738	2.753.358	7.796.236
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.997.614	-5.670.480	-2.007.132	-5.654.029
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.435.297	-4.176.711	-1.338.180	-3.848.427
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-441.435	-1.308.030	-460.780	-1.357.739
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.258	105.568	37.184	110.390
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-132.400	-378.275	-111.618	-298.343
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-24.740	86.968	-133.738	-259.910
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.218.872	3.071.258	746.226	2.142.207
3.06	Resultado Financeiro	-406.316	-1.168.320	-307.136	-925.057
3.06.01	Receitas Financeiras	219.028	1.073.256	383.114	1.193.757
3.06.02	Despesas Financeiras	-625.344	-2.241.576	-690.250	-2.118.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	812.556	1.902.938	439.090	1.217.150
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.551	-148.025	8.574	-84.583
3.08.01	Corrente	-41.782	-91.500	-12.097	-73.230
3.08.02	Diferido	-54.769	-56.525	20.671	-11.353
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3	0,72	0,16	0,47
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3	0,72	0,16	0,47

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
4.03	Resultado Abrangente do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.724.562	5.007.997
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.122.611	7.517.440
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	1.902.938	1.217.150
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.147.438	4.257.453
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	164.187	86.829
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	12.079	-89.609
6.01.01.06	Opções compra de ações	-30.399	-2.085
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	258.903	184.092
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	28.150	663
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	509.335	600.854
6.01.01.10	Perdas por créditos de liquidação duvidosa	448.132	432.431
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	831.677	793.073
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-20.935	-20.974
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	-86.968	259.910
6.01.01.14	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-41.926	-202.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.398.049	-2.509.443
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-561.642	-550.782
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	35.148	795.369
6.01.02.03	Estoques	-179.255	-75.412
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-92.290	-35.162
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	15.777	58.948
6.01.02.06	Outros Ativos	-104.571	-45.579
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	35.114	16.641
6.01.02.08	Fornecedores	-15.308	-198.098
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	466.740	-15.289
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-274.238	-193.777
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-98.572	-2.247.556
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-12.886	-27.462
6.01.02.13	Outros Passivos	-383.882	8.716
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-228.184	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.376.393	-6.656.450
6.02.01	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-962.900	-4.433.271
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-3.212.417	-3.355.223
6.02.04	recebimento de arrendamento mercantil financeiro	19.896	-2.558
6.02.05	Caixa proveniente da incorporação da Cozani	421.835	0
6.02.06	Aumento de capital em controlada	0	-250.722
6.02.07	Contraprestação na aquisição da Cozani, líquida do caixa adquirido	0	-6.410.794
6.02.08	Resgates de títulos e valores mobiliários	2.357.193	7.796.118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.524.457	-2.087.936
6.03.01	Novos Empréstimos	0	1.249.128
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-177.786	-501.778
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-134.636	-93.438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03.04	Operações com derivativos	-196.406	-99.536
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-1.261.008	-933.396
6.03.06	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-995.448	-778.714
6.03.07	Alienação de ações em tesouraria	-2.821	3.201
6.03.08	Dividendos e JSCP pagos	-1.756.352	-933.403
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.823.712	-3.736.389
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.785.100	5.228.615
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.608.812	1.492.226

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-33.220	-600.000	-945.000	0	-1.578.220
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-30.399	0	0	0	-30.399
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.821	0	0	0	-2.821
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	0	0	-600.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-945.000	0	-945.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.754.913	0	1.754.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.754.913	0	1.754.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	375.219	10.914.879	809.913	-3.844	25.574.058

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.116	0	-945.000	0	-943.884
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-2.085	0	0	0	-2.085
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	3.201	0	0	0	3.201
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-945.000	0	-945.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.132.567	0	1.132.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.132.567	0	1.132.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	398.065	11.236.551	187.567	-4.285	25.295.789

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	19.817.358	17.627.547
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	20.265.490	18.059.978
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-448.132	-432.431
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.245.404	-5.139.435
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.353.160	-2.441.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.892.244	-2.697.878
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.571.954	12.488.112
7.04	Retenções	-5.147.438	-4.257.453
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.147.438	-4.257.453
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.424.516	8.230.659
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.160.224	933.847
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	86.968	-259.910
7.06.02	Receitas Financeiras	1.073.256	1.193.757
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.584.740	9.164.506
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.584.740	9.164.506
7.08.01	Pessoal	845.749	762.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	577.081	515.801
7.08.01.02	Benefícios	179.070	156.110
7.08.01.03	F.G.T.S.	56.334	50.234
7.08.01.04	Outros	33.264	40.192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.812.907	4.289.479
7.08.02.01	Federais	1.807.709	1.606.139
7.08.02.02	Estaduais	1.941.146	2.611.777
7.08.02.03	Municipais	64.052	71.563
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.164.498	2.976.986
7.08.03.01	Juros	2.238.090	2.116.321
7.08.03.02	Aluguéis	926.408	860.665
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.754.913	1.132.567
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	945.000	945.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	809.913	187.567
7.08.05	Outros	6.673	3.137
7.08.05.01	Investimento social	6.673	3.137

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	55.972.967	56.408.367
1.01	Ativo Circulante	10.836.815	10.364.415
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.608.812	2.548.713
1.01.02	Aplicações Financeiras	837.426	2.190.635
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	837.426	2.190.635
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	837.426	2.190.635
1.01.03	Contas a Receber	3.580.677	3.421.094
1.01.03.01	Clientes	3.580.677	3.421.094
1.01.04	Estoques	415.372	236.117
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.401.996	1.193.010
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.401.996	1.193.010
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	626.257	361.349
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	775.739	831.661
1.01.07	Despesas Antecipadas	365.456	278.851
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	627.076	495.995
1.01.08.03	Outros	627.076	495.995
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	243.540	239.189
1.01.08.03.02	Arrendamentos	29.663	30.643
1.01.08.03.03	Outros valores a compensar	81.697	26.519
1.01.08.03.04	Outros	272.176	199.644
1.02	Ativo Não Circulante	45.136.152	46.043.952
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.263.147	5.426.136
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.771	12.929
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	13.771	12.929
1.02.01.04	Contas a Receber	231.925	238.683
1.02.01.04.01	Clientes	231.925	238.683
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.389.205	1.367.586
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.389.205	1.367.586
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	101.772	80.258
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.526.474	3.726.680
1.02.01.10.03	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	945.694	895.408
1.02.01.10.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	207.335	517.878
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	514.950	662.433
1.02.01.10.06	Arrendamentos	210.022	208.003
1.02.01.10.07	Outros ativos	39.226	65.398
1.02.01.10.08	Depósitos judiciais	1.444.299	1.377.560
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	164.948	0
1.02.02	Investimentos	1.473.697	1.540.116
1.02.02.01	Participações Societárias	1.473.697	1.540.116
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.473.697	1.540.116
1.02.03	Imobilizado	22.626.361	22.661.152
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.024.764	12.427.531
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.037.283	9.385.533
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	564.314	848.088

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.04	Intangível	15.772.947	16.416.548
1.02.04.01	Intangíveis	12.660.778	13.304.379
1.02.04.01.02	Direito de uso de softwares	2.389.825	2.057.049
1.02.04.01.03	Autorizações	9.597.912	7.435.977
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	673.041	3.811.353
1.02.04.02	Goodwill	3.112.169	3.112.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	55.972.967	56.408.367
2.01	Passivo Circulante	13.718.928	13.118.009
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	378.655	343.541
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	378.655	343.541
2.01.02	Fornecedores	3.853.828	4.237.229
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.438.009	3.940.624
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	415.819	296.605
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.845.566	2.356.078
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.575.760	2.068.294
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	76.081	78.351
2.01.03.01.02	Outros impostos e taxas	2.499.679	1.989.943
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	202.476	222.120
2.01.03.02.01	ICMS	202.476	222.120
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	67.330	65.664
2.01.03.03.01	ISS	67.330	65.664
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.278.083	1.264.967
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.259.855	1.264.967
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	166.300	159.255
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.093.555	1.105.712
2.01.04.02	Debêntures	18.228	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.362.796	4.916.194
2.01.05.02	Outros	4.362.796	4.916.194
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	453.748	661.494
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	1.912.039	2.257.211
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	330.313	343.142
2.01.05.02.06	Autorizações a pagar	518.654	507.685
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	263.724	265.417
2.01.05.02.08	Outras obrigações contratuais	748.291	748.291
2.01.05.02.09	Outros passivos	136.027	132.954
2.02	Passivo Não Circulante	16.679.981	17.892.993
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.558.984	3.704.858
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	714.121	1.933.061
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	659.484	781.444
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	54.637	1.151.617
2.02.01.02	Debêntures	1.844.863	1.771.797
2.02.02	Outras Obrigações	12.771.651	13.070.154
2.02.02.02	Outros	12.771.651	13.070.154
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	50.230
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	10.693.721	10.574.654
2.02.02.02.05	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11.348	13.540
2.02.02.02.07	Autorizações a pagar	1.118.236	1.165.705
2.02.02.02.08	Receitas diferidas	626.627	666.612
2.02.02.02.09	Outros passivos	321.719	599.413
2.02.04	Provisões	1.349.346	1.117.981
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.349.346	1.117.981

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	599.531	473.391
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	212.014	214.450
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.825	5.825
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	499.370	392.975
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	32.606	31.340
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.574.058	25.397.365
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	375.219	408.439
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	24.599	54.998
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.984	-163
2.03.04	Reservas de Lucros	10.914.879	11.514.879
2.03.04.01	Reserva Legal	1.250.448	1.250.448
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.124.411	2.124.411
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	600.000
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.540.020	7.540.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	809.913	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.844	-3.844

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.055.319	17.558.734	5.611.160	15.706.436
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.838.833	-8.583.065	-2.808.980	-7.786.381
3.03	Resultado Bruto	3.216.486	8.975.669	2.802.180	7.920.055
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.997.614	-5.938.460	-2.040.315	-5.731.067
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.435.297	-4.288.090	-1.486.675	-4.142.864
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-441.435	-1.309.616	-461.398	-1.358.847
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.259	105.789	39.780	115.198
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-132.401	-380.124	-115.740	-305.556
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-24.740	-66.419	-16.282	-38.998
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.218.872	3.037.209	761.865	2.188.988
3.06	Resultado Financeiro	-406.316	-1.055.496	-401.989	-1.088.930
3.06.01	Receitas Financeiras	219.028	1.094.005	402.479	1.219.700
3.06.02	Despesas Financeiras	-625.344	-2.149.501	-804.468	-2.308.630
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	812.556	1.981.713	359.876	1.100.058
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.551	-226.800	87.788	32.509
3.08.01	Corrente	-41.782	-91.853	-12.422	-73.230
3.08.02	Diferido	-54.769	-134.947	100.210	105.739
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3	0,72	0,16	0,47
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3	0,72	0,16	0,47

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	716.005	1.754.913	447.664	1.132.567

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.571.665	5.724.645
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.501.072	8.116.656
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	1.981.713	1.100.058
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.367.064	4.968.928
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	164.187	86.829
6.01.01.04	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	89.153	-89.609
6.01.01.05	Opções compra de ações	-30.399	-2.085
6.01.01.06	Provisão para processos administrativos e judiciais	258.900	184.092
6.01.01.07	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	33.325	11.334
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	436.311	613.675
6.01.01.09	Perdas por créditos de liquidação duvidosa	467.157	470.418
6.01.01.10	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	730.103	957.339
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-20.935	-20.974
6.01.01.12	Resultado de equivalência patrimonial	66.419	38.998
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-41.926	-202.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.929.407	-2.392.011
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-602.238	-421.238
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	29.718	796.945
6.01.02.03	Estoques	-179.255	-75.412
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-108.118	-72.478
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	15.777	58.948
6.01.02.06	Outros Ativos	-98.492	-45.844
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	35.114	16.641
6.01.02.08	Fornecedores	-398.406	-84.115
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	437.476	-49.748
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-274.238	-193.777
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-98.572	-2.244.158
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-41.679	-38.528
6.01.02.13	Outros Passivos	-418.310	-39.247
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-228.184	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.798.228	-6.212.346
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	1.394.293	3.362.847
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-3.212.417	-3.355.223
6.02.03	Recebimento de arrendamento mercantil	19.896	-2.558
6.02.04	Contraprestação na aquisição da Cozani, líquida do caixa adquirido	0	-6.217.412
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.713.338	-2.445.385
6.03.01	Novos empréstimos	0	1.249.128
6.03.02	Amortização de empréstimos	-177.786	-501.778
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-134.636	-93.438
6.03.04	Pagamento de arrendamento mercantil	-1.377.202	-1.168.180
6.03.05	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-1.068.135	-901.379
6.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	-196.406	-99.536

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03.07	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-2.821	3.201
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.756.352	-933.403
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.060.099	-2.933.086
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.548.713	5.228.615
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.608.812	2.295.529

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-33.220	-600.000	-945.000	0	-1.578.220	0	-1.578.220
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-30.399	0	0	0	-30.399	0	-30.399
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.821	0	0	0	-2.821	0	-2.821
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	0	0	-600.000	0	-600.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-945.000	0	-945.000	0	-945.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.754.913	0	1.754.913	0	1.754.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.754.913	0	1.754.913	0	1.754.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	375.219	10.914.879	809.913	-3.844	25.574.058	0	25.574.058

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106	0	25.107.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106	0	25.107.106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.116	0	-945.000	0	-943.884	0	-943.884
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-2.085	0	0	0	-2.085	0	-2.085
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	3.201	0	0	0	3.201	0	3.201
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-945.000	0	-945.000	0	-945.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.132.567	0	1.132.567	0	1.132.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.132.567	0	1.132.567	0	1.132.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	398.065	11.236.551	187.567	-4.285	25.295.789	0	25.295.789

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	19.836.131	18.737.131
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	20.303.288	19.207.549
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-467.157	-470.418
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.853.346	-5.400.164
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.889.746	-2.549.898
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.963.600	-2.850.266
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.982.785	13.336.967
7.04	Retenções	-5.367.064	-4.968.928
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.367.064	-4.968.928
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.615.721	8.368.039
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.027.586	1.180.703
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-66.419	-38.998
7.06.02	Receitas Financeiras	1.094.005	1.219.701
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.643.307	9.548.742
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.643.307	9.548.742
7.08.01	Pessoal	845.749	762.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	577.081	515.801
7.08.01.02	Benefícios	179.070	156.110
7.08.01.03	F.G.T.S.	56.334	50.234
7.08.01.04	Outros	33.264	40.192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.962.854	4.481.142
7.08.02.01	Federais	1.953.277	1.637.715
7.08.02.02	Estaduais	1.945.846	2.771.561
7.08.02.03	Municipais	63.731	71.866
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.073.118	3.170.119
7.08.03.01	Juros	2.146.015	2.306.137
7.08.03.02	Aluguéis	927.103	863.982
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.754.913	1.132.567
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	945.000	945.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	809.913	187.567
7.08.05	Outros	6.673	2.577
7.08.05.01	Investimento social	6.673	2.577

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Este foi um trimestre mais uma vez marcado por um desempenho sólido nas frentes financeiras, operacional e comercial. No lado financeiro, registramos avanços robustos no *top line*, EBITDA e lucro líquido, assim como uma forte geração de caixa operacional. Em termos de infraestrutura, a TIM segue seu patamar de liderança na cobertura móvel, com reconhecimento de importantes veículos especializados. E na frente comercial, continuamos nossa trajetória de inovação, buscando trazer uma experiência diferenciada para nossos clientes com iniciativas inéditas e pioneiras no mercado de telecom.

DESTAQUES DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

FINANCEIRO	FOCO NA GERAÇÃO DE VALOR E NA TRANSFORMAÇÃO DE RECEITA EM CAIXA ○ Crescimento da Receita Líquida: +7,9% A/A no 3T23; ○ Consistência nas principais frentes: Receita de Serviços Móveis crescendo 7,7% A/A e Receita da TIM UltraFibra avançando 9,7% A/A no 3T23; ○ Maior ARPU Móvel da indústria: ARPU total alcançando R\$ 30,2 (+21,1% A/A) no 3T23, atingindo novamente os mais elevados ARPUs já registrados tanto no Pós-pago ex-M2M (R\$ 52,9; +24,7% A/A) e no Pré-pago (R\$ 15,0; +17,1% A/A); ○ EBITDA Normalizado robusto (+11,6% A/A) no 3T23, com Margem EBITDA Normalizada em patamares elevados (49,7%) e sólida rentabilidade (Lucro Líquido Normalizado expandindo em 53,0% A/A); ○ Maior Margem de Fluxo de Caixa Operacional no setor com 23,1% no 3T23, com mais um crescimento expressivo do EBITDA-AL Normalizado* - Capex de 50,9% A/A.	+12,1% Avanço A/A da Receita Líquida Normalizada nos 9M23	+16,8% Evolução A/A do EBITDA Normalizado nos 9M23
		48,5% Margem EBITDA Normalizada nos 9M23	+65,2% Crescimento A/A do EBITDA-AL Normalizado* - Capex nos 9M23
		18,0% EBITDA-AL Normalizado* - Capex sobre a Receita Líquida Normalizada nos 9M23	18,3% Capex sobre a Receita Líquida Normalizada nos 9M23
	CONSOLIDANDO A LIDERANÇA NA COBERTURA MÓVEL E EXPANDINDO A FIBRA ○ A maior e melhor rede móvel do Brasil: rede 5G com mais de 7 mil sites e rede 4G alcançando 5.500 cidades; ○ Reconhecimento global pela OpenSignal**: presente entre as operadoras consideradas como “Global Leaders” e “Global Rising Stars” no 5G; ○ Expansão estratégica da cobertura da TIM UltraFibra: presença em quase 10,4 milhões de <i>homes passed</i>, com avanço de 34,6% A/A da base de clientes FTTH.	+49,3% Aumento A/A do Lucro Líquido Normalizado nos 9M23	R\$ 945 mi de JSCP anunciados nos 9M23
		TIM BRASIL INVESTOR DAY 2023 7 de novembro de 2023, às: 14h (Brasília) / 12h (US EST) Clique aqui e inscreva-se	

* EBITDA-AL Normalizado desconsiderando o impacto das multas aplicadas relacionadas ao processo de descomissionamento dos sites adquiridos da Oi Móvel.

** Relatório “5G Global Mobile Network Experience Awards 2023” publicado pela OpenSignal ([clique aqui](#)).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
FINANCEIRO (R\$ milhões)								
Receita Líquida Normalizada*	6.055	5.611	7,9%	5.863	3,3%	17.600	15.706	12,1%
Receita de Serviços	5.875	5.465	7,5%	5.695	3,1%	17.077	15.250	12,0%
Serviço Móvel	5.550	5.154	7,7%	5.372	3,3%	16.115	14.339	12,4%
Serviço Fixo	325	311	4,5%	323	0,6%	962	911	5,6%
Custos Normalizados* da Operação	(3.045)	(2.914)	4,5%	(2.949)	3,2%	(9.063)	(8.400)	7,9%
EBITDA Normalizado*	3.011	2.697	11,6%	2.914	3,3%	8.536	7.306	16,8%
Margem EBITDA Normalizada*	49,7%	48,1%	1,7p.p.	49,7%	-	48,5%	46,5%	2,0p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	724	473	53,0%	638	13,4%	1.798	1.205	49,3%
Capex	998	978	2,1%	926	7,8%	3.212	3.355	-4,3%
EBITDA-AL Normalizado* - Capex	1.401	928	50,9%	1.240	12,9%	3.173	1.920	65,2%
OPERACIONAL								
Base Móvel de Clientes ('000)	61.254	68.796	-11,0%	61.225	0,1%	61.254	68.796	-11,0%
Pré-pago	34.078	39.136	-12,9%	34.639	-1,6%	34.078	39.136	-12,9%
Pós-pago	27.176	29.659	-8,4%	26.586	2,2%	27.176	29.659	-8,4%
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	791	708	11,6%	761	3,9%	791	708	11,6%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (+R\$ 11,6 milhões no 3T23, +R\$ 17,4 milhões no 2T23, -R\$ 4,4 milhões no 1T23, +R\$ 38,6 milhões no 3T22, +R\$ 50,3 milhões no 2T22 e +R\$ 20,3 milhões no 1T22). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita e Custos, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social (-R\$ 3,9 milhões no 3T23, -R\$ 5,9 milhões no 2T23, -R\$ 12,4 milhões no 1T23, -R\$ 13,1 milhões no 3T22, -R\$ 17,1 milhões no 2T22 e -R\$ 6,9 milhões no 1T22). EBITDA-AL Normalizado desconsiderando o impacto das multas aplicadas relacionadas ao processo de descomissionamento de sites (+R\$ 98,3 milhões no 3T23 e +R\$ 57,0 milhões no 2T23).

Comentário do Desempenho**EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES****ACORDO REFERENTE AO PREÇO DE FECHAMENTO AJUSTADO DE AQUISIÇÃO DOS ATIVOS MÓVEIS DA OI**

No dia 4 de outubro de 2023, a TIM S.A., por meio de Fato Relevante, comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A., e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Vendedora”) (“Acordo”), como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo, foi R\$ 6,68 bilhões, tendo como referência a data do fechamento (“Preço Final Ajustado TIM”).

Tendo em vista o Preço Final Ajustado TIM, a Companhia resgatou parcela correspondente à metade do valor que havia sido depositado em juízo e posteriormente transferido à Câmara Arbitral (equivalente a aproximadamente R\$ 317 milhões na data do fechamento, atualizado pela variação de 100% do CDI até o depósito em juízo e acrescido, ainda, de juros e/ou correção monetária, incidentes até a data do respectivo resgate), e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia.

PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No dia 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração (“CdA”) da TIM S.A. aprovou a distribuição de R\$ 425 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), tendo sido o dia 21 de setembro de 2023 a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores. O pagamento ocorreu no dia 23 de outubro de 2023.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

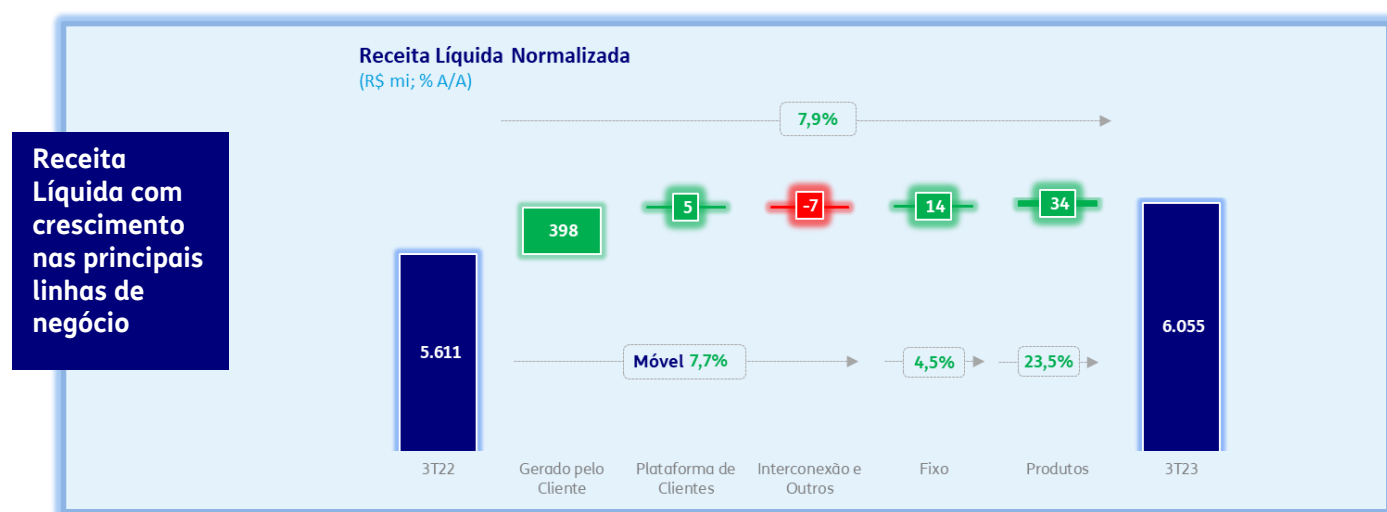
RECEITA OPERACIONAL

► ROBUSTO CRESCIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA IMPULSIONADA PELO DESEMPENHO DO MÓVEL

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida Reportada	6.055	5.611	7,9%	5.863	3,3%	17.559	15.706	11,8%
Receita Líquida Normalizada*	6.055	5.611	7,9%	5.863	3,3%	17.600	15.706	12,1%
Receita de Serviços	5.875	5.465	7,5%	5.695	3,1%	17.077	15.250	12,0%
Serviço Móvel	5.550	5.154	7,7%	5.372	3,3%	16.115	14.339	12,4%
Gerada pelo Cliente	5.144	4.746	8,4%	4.978	3,3%	14.943	13.133	13,8%
Interconexão	105	116	-9,0%	108	-2,6%	324	337	-3,8%
Plataforma de Clientes	54	50	9,3%	36	48,9%	122	137	-11,0%
Outras Receitas	246	243	1,2%	250	-1,5%	725	732	-1,0%
Serviço Fixo	325	311	4,5%	323	0,6%	962	911	5,6%
dos quais TIM UltraFibra	221	201	9,7%	217	1,7%	647	590	9,7%
Receita de Produtos	181	146	23,5%	168	7,6%	522	456	14,5%

* Receita Líquida normalizada pelo efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani (+R\$ 41,0 milhões no 1T23). A Cozani teve sua incorporação por parte da TIM S.A. efetivada a partir da data de 1º de abril de 2023.

No 3T23, a Receita Líquida Normalizada expandiu 7,9% A/A, totalizando R\$ 6.055 milhões. Este desempenho foi impulsionado, mais uma vez, pelos resultados positivos nas principais linhas: (i) Receita de Serviço Móvel (+7,7% A/A), devido ao sólido desempenho em todos os segmentos; (ii) Receita de banda larga da TIM UltraFibra (+9,7% A/A); e (iii) Receita de Produtos (+23,5% A/A), que apresentou um forte resultado no comparativo anual devido ao aumento nas vendas e do preço médio de aparelhos, como resultado das campanhas comerciais do Apple One e do Dia dos Pais. Nos 9M23, a Receita Líquida Normalizada teve aumento de 12,1% A/A, sustentada por dinâmicas similares e pelo incremento de receita vindo dos clientes migrados da Oi durante o processo de aquisição.



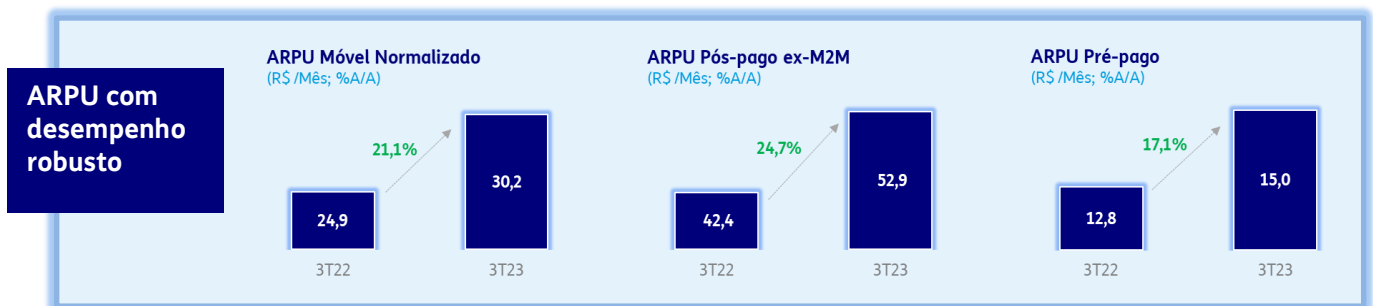
Comentário do Desempenho

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Serviço Móvel (RSM) Normalizada totalizou R\$ 5.550 milhões no 3T23, o que representa uma expansão de 7,7% A/A, em função, principalmente, do desempenho da Receita do Pós-pago, ancorada também na dinâmica de volume para valor deste segmento. O ARPU Móvel Normalizado (receita média mensal por usuário) registrou crescimento robusto de 21,1% A/A, atingindo R\$ 30,2 no trimestre, demonstrando uma evolução no indicador alinhada a estratégia da Companhia de maior monetização de sua base de clientes. Nos 9M23, a RSM Normalizada registrou crescimento de 12,4% A/A.

Abaixo o detalhamento do desempenho de cada perfil de cliente móvel no 3T23:

- (i) A Receita do Pré-pago expandiu 2,9% A/A no 3T23 e o ARPU do Pré-pago atingiu R\$ 15,0 (+17,1% A/A). Esse crescimento decorre do aumento do gasto médio dos clientes, refletindo a estratégia da Companhia de monetizar sua base através de ofertas com pacotes de serviços de maior valor. Nos 9M23, a Receita do Pré-pago aumentou 12,9% A/A.
- (ii) A Receita do Pós-pago cresceu 9,5% A/A no 3T23, com o ARPU do Pós-pago atingindo R\$ 43,7 (+21,4% A/A) e ARPU do Pós-pago ex-M2M de R\$ 52,9 (+24,7% A/A). Esse desempenho é explicado pelos seguintes fatores: (i) reajuste de preços anual aplicado sobre parcela relevante da base pós-paga, que impactou os planos Controle a partir de abril e os demais planos do Pós-pago a partir de maio; e (ii) êxito da Companhia na administração da sua base de clientes, com redução dos níveis de desconexões e com a execução de processos de migração para planos de mais alto valor. Nos 9M23, a Receita do Pós-pago aumentou 13,4% A/A.



A Receita de Interconexão (ITX) apresentou uma queda de 9,0% A/A no 3T23, como consequência de um menor tráfego entrante no comparativo anual. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços foi de 1,5% no trimestre. Nos 9M23, a linha teve queda de 3,8% A/A.

A Receita de Plataforma de Clientes totalizou R\$ 54 milhões no 3T23, um incremento de 9,3% A/A favorecido pelos desempenhos das frentes de Segurança Digital e Publicidade Móvel. Nos 9M23, essa linha atingiu R\$ 122 milhões.

Comentário do Desempenho

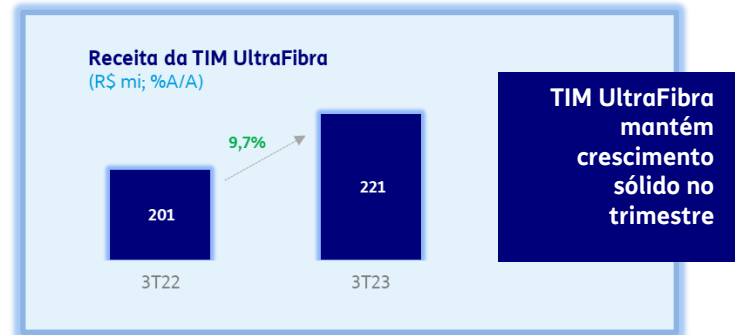
No 3T23, a linha de Outras Receitas Normalizadas¹ registrou aumento de 1,2% no comparativo anual. Nos 9M23, a linha caiu 1,0% A/A, explicada, principalmente, pela aquisição dos ativos de mobilidade da Oi, que em parte afetaram os contratos de *ran sharing* com a operadora.

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

No 3T23, a Receita do Serviço Fixo somou R\$ 325 milhões, representando um crescimento de 4,5% A/A. Nos 9M23, a Receita de Serviço Fixo teve alta de 5,6% A/A.

A TIM UltraFibra, principal linha de receita do fixo, avançou 9,7% A/A no 3T23, atingindo um ARPU de R\$ 93,5 (+0,8% A/A). Esse desempenho é resultado

do foco da Companhia no fortalecimento e expansão do FTTH (“Fiber-to-the-Home”), refletindo: (i) o aumento da base FTTH em 34,6% A/A; (ii) a maior penetração de planos com maior velocidade e de maior valor agregado – **84% dos clientes da base possuem planos com velocidades iguais ou superiores a 150 Mbps no 3T23**; e (iii) o maior número de cidades cobertas pela TIM UltraFibra, que mais que dobrou na comparação A/A. **Nos 9M23, a Receita da TIM UltraFibra teve alta de 9,7% A/A.**



¹ A linha de Outras Receitas teve um impacto não recorrente de R\$ 41,0 milhões no 1T23, referente ao efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani, que foi extinto com a incorporação da última.

Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

▶ DESPESAS CRESCENDO ABAIXO DA INFLAÇÃO DO PERÍODO

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Custos Reportados da Operação	(3.056)	(2.953)	3,5%	(2.967)	3,0%	(9.088)	(8.510)	6,8%
Custos Normalizados* da Operação	(3.045)	(2.914)	4,5%	(2.949)	3,2%	(9.063)	(8.400)	7,9%
Pessoal	(340)	(312)	8,9%	(337)	0,9%	(1.012)	(910)	11,2%
Comercialização	(970)	(1.053)	-7,9%	(933)	3,9%	(2.936)	(2.902)	1,2%
Rede e Interconexão	(1.008)	(891)	13,0%	(1.016)	-0,8%	(2.990)	(2.727)	9,6%
Gerais e Administrativos	(215)	(223)	-3,3%	(201)	7,2%	(661)	(608)	8,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(254)	(200)	27,1%	(238)	6,8%	(723)	(607)	19,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(161)	(173)	-6,8%	(146)	10,5%	(467)	(470)	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(96)	(61)	56,8%	(78)	23,6%	(273)	(176)	55,6%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.790)	(2.714)	2,8%	(2.711)	2,9%	(8.341)	(7.794)	7,0%

* Custos da Operação normalizados por: gastos com consultorias no âmbito do projeto de aquisição da Oi Móvel e migração dos clientes (+R\$ 2,1 milhões no 3T23, +R\$ 16,3 milhões no 2T23, +R\$ 12,5 milhões no 1T23 e +R\$ 15,4 milhões no 3T22), créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani (-R\$ 17,7 milhões no 1T23), despesas com FUST/FUNTEL relativas ao contrato de *intercompany* com a Cozani (+R\$ 886 mil no 1T23), despesas com serviços jurídicos e administrativos especializados (+R\$ 1,1 milhão no 3T23, +R\$ 1,1 milhão no 2T23, +R\$ 8,6 milhões no 3T22, +R\$ 50,3 milhões no 2T22 e +R\$ 8,4 milhões no 1T22), gastos com folha de pagamento relacionados à aquisição da Oi Móvel (+R\$ 8,4 milhões no 3T23 e +R\$ 11,8 milhões no 1T22) e com gastos com o ajuste de preço da venda de controle sobre a I-Systems (+R\$ 14,6 milhões no 3T22).

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 3.045 milhões no 3T23, alta de 4,5% A/A, crescendo abaixo da inflação do período. A performance do trimestre reflete a execução eficiente do controle de custos da Companhia. **Nos 9M23, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados cresceram 7,9% A/A**, afetado, principalmente, por: (i) maiores despesas com interconexão, especialmente aquelas relativas ao serviço de *roaming* internacional e a provedores de conteúdo devido ao aprimoramento do portfólio de ofertas; e (ii) custos mais elevados com mercadorias vendidas, em virtude da maior diversificação de produtos e pela venda de aparelhos com um custo de aquisição superior.

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados atingiram R\$ 3.056 milhões no 3T23, aumento de 3,5% A/A, devido aos mesmos fatores anteriormente citados, além dos impactos relativos aos itens não recorrentes a operação, conforme descritos na tabela de Custos e Despesas Operacionais acima. Nos 9M23, os Custos e Despesas Operacionais Reportados subiram 6,8% A/A.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Custos Normalizados² com Pessoal aumentaram em 8,9% A/A no 3T23. Esse resultado foi devido a: (i) reajuste anual sobre salários, benefícios e incentivos; e (ii) provisão de despesas relacionadas à participação dos colaboradores nos resultados da Companhia. **Nos 9M23, essa linha de custo cresceu 11,2% A/A.**

A linha de Comercialização e Publicidade registrou queda de 7,9% A/A no 3T23. Esse resultado se deve a: (i) redução das despesas com Fistel, em razão de uma base de clientes menor – visto que a limpeza da base de clientes vindos da Oi foi realizada apenas no 4T22; e (ii) uma base comparativa menor nesse

² A linha de Pessoal teve um impacto não-recorrente de R\$ 8,4 milhões no 3T23 e R\$ 11,8 milhões no 1T22, referentes a despesas com folha de pagamento relacionadas à aquisição dos ativos móveis da Oi.

Comentário do Desempenho

trimestre, uma vez que o 3T22 ainda refletia o impacto do TSA³. **Nos 9M23, essa despesa aumentou 1,2% A/A**, impactada também por maiores gastos com publicidade e pelos custos temporários da aquisição da Oi Móvel, sendo parcialmente compensada pelo reconhecimento de créditos de Fistel no 2T23.

O grupo de Rede e Interconexão Normalizado⁴ cresceu 13,0% A/A no 3T23, tendo como principais ofensores dessa linha: (i) maiores despesas atreladas aos serviços de *roaming*, como reflexo do aumento do volume de tráfego – em parte pela boa performance nos pacotes TIM Viagem após a reformulação do portfólio de *roaming* internacional; e (ii) maiores gastos com contratos de compartilhamento de infraestrutura. **Nos 9M23, essa linha de custo cresceu 9,6% A/A**.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) Normalizadas⁵ apresentaram queda de 3,3% A/A no 3T23, explicado, basicamente, por menores despesas com a contratação de serviços profissionais especializados. **Nos 9M23, essa linha de despesas aumentou 8,7% A/A**, impactada também pelo projeto de migração de infraestrutura para a nuvem (“Journey to Cloud”) e pela contratação de consultorias especializadas para projetos estratégicos no 1T23.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) cresceu 27,1% A/A no 3T23, em linha com a evolução da receita da Companhia e acompanhando a dinâmica de vendas de aparelhos com um maior custo médio. **Nos 9M23, essa linha de custo cresceu 19,1% A/A**.

A linha de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) teve queda de 6,8% A/A no 3T23, com o percentual da PDD sobre Receita Bruta caindo para um patamar de 1,9% (comparado a 2,3% no 3T22). Esse resultado demonstra o sucesso da Companhia em melhorar a qualidade na aquisição de clientes e em fortalecer os processos de cobrança e recuperação de valores devidos. **Nos 9M23, essa linha caiu 0,7% A/A**.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Normalizadas⁶ tiveram aumento de 56,8% A/A no 3T23, crescimento explicado, principalmente, por maiores despesas com provisões para contingências na esfera fiscal e cível (Nota Explicativa 24 do ITR). **Nos 9M23, essa linha de custo cresceu 55,6% A/A**.

³ O *Temporary Service Agreement* (“TSA”) foi um contrato temporário que fornecia gestão da base de assinantes e serviços de manutenção do NOC (“*Network Operations Center*”), no âmbito da aquisição dos ativos móveis da Oi. O TSA tinha uma duração de 12 meses e se encerrou no final de abril de 2023.

⁴ A linha de Rede e Interconexão teve impactos não recorrentes de R\$ 2,1 milhões no 3T23, R\$ 16,3 milhões no 2T23, R\$ 12,5 milhões no 1T23 e R\$ 15,4 milhões no 3T22, referentes a despesas com consultorias no âmbito do projeto de migração dos clientes vindos da Oi, e de -R\$ 17,7 milhões no 1T23, referente a créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani.

⁵ A linha de Despesas Gerais e Administrativas teve impactos não recorrentes de R\$ 1,1 milhão no 3T23, R\$ 1,1 milhão no 2T23, R\$ 8,6 milhões no 3T22, R\$ 50,3 milhões no 2T22 e R\$ 8,4 milhões no 1T22, referentes a despesas com serviços jurídicos e administrativos especializados associados ao projeto de aquisição dos ativos da Oi.

⁶ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais teve impacto não recorrente de R\$ 886 mil no 1T23, referente a despesas com FUST/FUNTEL, e de R\$ 14,6 milhões no 3T22, referente ao ajuste de preço da venda de controle sobre a I-Systems.

Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

► **CRESCIMENTO DE DOIS DÍGITOS NO EBITDA SUSTENTADO PELO DESEMPENHO ORGÂNICO DA RECEITA E EFICIÊNCIA NO CONTROLE DE CUSTOS**

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>Normalizado (R\$ milhões)</i>								
EBITDA Normalizado*	3.011	2.697	11,6%	2.914	3,3%	8.536	7.306	16,8%
Margem EBITDA Normalizada*	49,7%	48,1%	1,7p.p.	49,7%	-	48,5%	46,5%	2,0p.p.
Depreciação & Amortização	(1.755)	(1.880)	-6,6%	(1.835)	-4,3%	(5.367)	(4.969)	8,0%
Depreciação	(1.277)	(1.394)	-8,4%	(1.364)	-6,4%	(3.934)	(3.607)	9,1%
Amortização	(478)	(487)	-1,7%	(471)	1,6%	(1.433)	(1.362)	5,2%
Equivalência Patrimonial	(25)	(16)	52,0%	(23)	7,2%	(66)	(39)	70,3%
EBIT Normalizado*	1.230	800	53,7%	1.056	16,5%	3.103	2.298	35,0%
Margem EBIT Normalizada*	20,3%	14,3%	6,1p.p.	18,0%	2,3p.p.	17,6%	14,6%	3,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(406)	(402)	1,1%	(426)	-4,6%	(1.055)	(1.089)	-3,1%
Despesas financeiras	(674)	(667)	1,1%	(741)	-9,1%	(2.011)	(2.091)	-3,8%
Receitas financeiras	262	260	0,7%	316	-17,3%	953	992	-3,9%
Variações cambiais, líquidas	6	5	17,7%	(1)	n.a.	3	10	-73,8%
Lucro antes dos impostos Normalizado*	824	398	106,8%	630	30,7%	2.047	1.209	69,3%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(100)	75	n.a.	8	n.a.	(249)	(5)	5330,9%
Lucro Líquido Normalizado*	724	473	53,0%	638	13,4%	1.798	1.205	49,3%
Total de Itens Normalizados	(8)	(25)	-69,9%	(11)	-33,2%	(43)	(72)	-39,9%
<i>Reportado (R\$ milhões)</i>								
EBITDA Reportado	2.999	2.658	12,8%	2.896	3,5%	8.471	7.197	17,7%
Margem EBITDA Reportada	49,5%	47,4%	2,1p.p.	49,4%	0,1p.p.	48,2%	45,8%	2,4p.p.
EBIT Reportado	1.219	762	60,0%	1.039	17,3%	3.037	2.189	38,7%
Margem EBIT	20,1%	13,6%	6,6p.p.	17,7%	2,4p.p.	17,3%	13,9%	3,4p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(406)	(402)	1,1%	(426)	-4,6%	(1.055)	(1.089)	-3,1%
Lucro antes dos impostos	813	360	125,8%	613	32,5%	1.982	1.100	80,1%
Imposto de renda e cont. social Reportado	(97)	88	n.a.	13	n.a.	(227)	33	n.a.
Lucro Líquido Reportado	716	448	59,9%	626	14,3%	1.755	1.133	55,0%

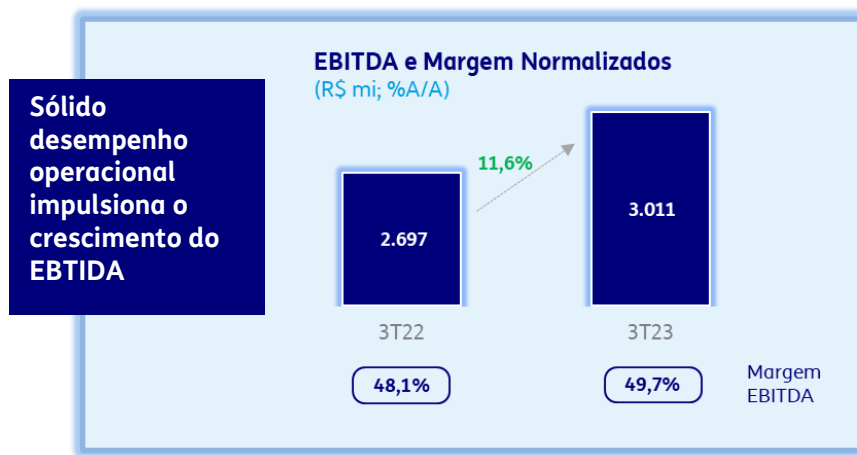
* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (+R\$ 11,6 milhões no 3T23, +R\$ 17,4 milhões no 2T23, -R\$ 4,4 milhões no 1T23, +R\$ 38,6 milhões no 3T22, +R\$ 50,3 milhões no 2T22 e +R\$ 20,3 milhões no 1T22). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita e Custos, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social: créditos fiscais relativos ao contrato de intercompany com a Cozani (-R\$ 8,2 milhões no 1T23) e por outros efeitos fiscais (-R\$ 3,9 milhões no 3T23, -R\$ 5,9 milhões no 2T23, -R\$ 4,2 milhões no 1T23, -R\$ 13,1 milhões no 3T22, -R\$ 17,1 milhões no 2T22 e -R\$ 6,9 milhões no 1T22).

EBITDA⁷ (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)

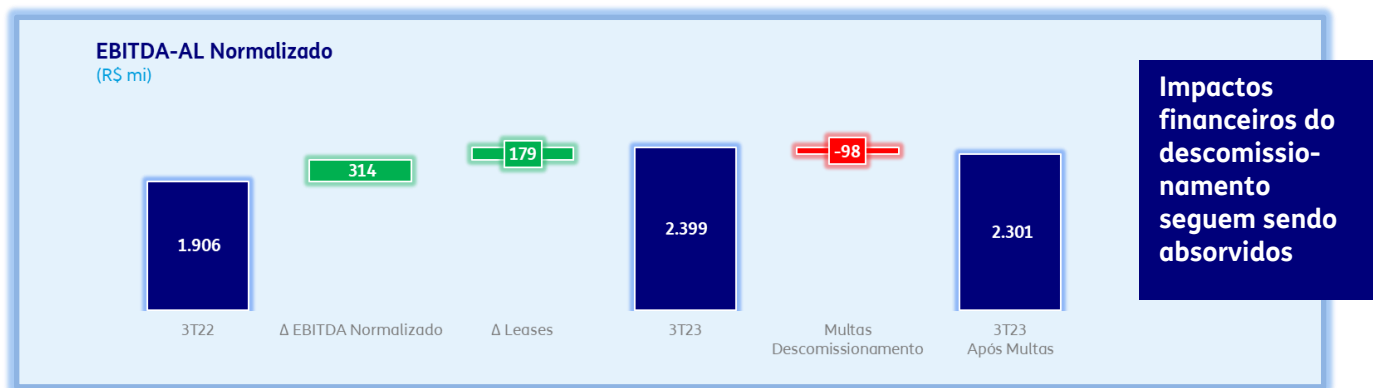
O EBITDA Normalizado do 3T23 totalizou R\$ 3.011 milhões, uma expansão de 11,6% A/A, como resultado da combinação do desempenho positivo da Receita de Serviços e de um contínuo controle de custos. Já a Margem EBITDA Normalizada manteve o patamar histórico registrado no 2T23, permanecendo em 49,7% no 3T23, representando uma evolução de 1,7 p.p. vs. 3T22. Nos 9M23, o EBITDA Normalizado cresceu 16,8% A/A, com uma Margem de 48,5% (+2,0 p.p. A/A).

⁷ EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de "Receita Operacional" e "Custos e Despesas Operacionais".

Comentário do Desempenho



Retornando com os efeitos dos arrendamentos (“leases”) para dentro do EBITDA, o **EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado⁸** (desconsiderando o impacto das multas aplicadas relacionadas ao processo de descomissionamento de *sites*⁹) do 3T23 atingiu um crescimento de 25,9% A/A, totalizando o montante de R\$ 2.399 milhões. Nos 9M23, o EBITDA-AL Normalizado aumentou 21,0% A/A.



⁸ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas relacionadas ao processo de descomissionamento dos *sites* adquiridos da Oi Móvel.

⁹ O descomissionamento de *sites* se trata do processo de desativação de torres e estruturas de transmissão por meio de renegociação e/ou cancelamento de contratos de arrendamento com as empresas de torres. Após a aquisição da Oi Móvel, a Companhia está trabalhando para desligar aproximadamente 60% dos *sites* que são sobrepostos ou estão próximos a *sites* onde a TIM já estava presente.

Comentário do Desempenho

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	% A/A	2T23	% T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Depreciação	(1.277)	(1.394)	-8,4%	(1.364)	-6,4%	(3.934)	(3.607)	9,1%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(562)	(612)	-8,2%	(598)	-6,0%	(1.787)	(1.458)	22,6%
Amortização	(478)	(487)	-1,7%	(471)	1,6%	(1.433)	(1.362)	5,2%
D&A Total	(1.755)	(1.880)	-6,6%	(1.835)	-4,3%	(5.367)	(4.969)	8,0%

A linha de D&A apresentou queda de 6,6% A/A no 3T23, revertendo a tendência de crescimento apresentada desde a incorporação da Oi Móvel no 2T22. Esse resultado é explicado por: (i) uma menor depreciação de infraestrutura de rede e de equipamentos, em razão da revisão da vida útil dos ativos adquiridos da Oi, além de uma redução na depreciação de direitos de uso de arrendamentos do IFRS 16; e (ii) um menor montante de Amortização de softwares. Vale ressaltar que, após um período cuja base comparativa foi demasiadamente afetada pelo impacto da aquisição dos ativos móveis da Oi, a linha de D&A retornou a um patamar de normalidade nesse trimestre. **Nos 9M23, o D&A cresceu 8,0% A/A.**

O EBIT Normalizado apresentou evolução de 53,7% A/A no 3T23, refletindo o resultado consistente do EBITDA. **Nos 9M23, o EBIT Normalizado cresceu 35,0% A/A.**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Itens Caixa	(431)	(486)	-11,3%	(517)	-16,5%	(1.505)	(1.216)	23,7%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(152)	(151)	0,5%	(161)	-5,5%	(456)	(363)	25,6%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	114	98	16,7%	103	11,3%	340	416	-18,1%
Juros sobre Arrendamentos	(211)	(360)	-41,4%	(334)	-36,9%	(896)	(936)	-4,3%
Atualização Monetária e Juros Leilão de Espectro	(29)	(13)	125,8%	(10)	184,5%	(65)	(116)	-44,4%
Outros	(154)	(60)	156,8%	(114)	34,7%	(428)	(217)	97,7%
Itens Não Caixa	25	84	-70,5%	91	-72,6%	449	127	252,5%
Juros Capitalizados de Licenças	-	80	n.a.	25	n.a.	98	145	-32,4%
Marcação a Mercado de Derivativos	5	(35)	n.a.	66	-92,0%	125	(135)	n.a.
Marcação a Mercado do C6	20	39	-50,0%	-	n.a.	39	118	-66,7%
Outros	-	-	n.a.	-	n.a.	187	-	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(406)	(402)	1,1%	(426)	-4,6%	(1.055)	(1.089)	-3,1%

Nesse trimestre, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 406 milhões, uma leve piora de R\$ 4 milhões vs. 3T22. Tal desempenho é explicado, principalmente, pelo: (i) fim da capitalização de juros de licenças no período; (ii) compensada por um impacto positivo por conta de um menor volume de juros sobre arrendamentos (beneficiado pelo descomissionamento de sites). **Nos 9M23, a linha apresentou uma melhora de 3,1% A/A.**

Comentário do Desempenho

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na visão Normalizada¹⁰, o Imposto de Renda e a Contribuição Social (“IR/CSLL”) totalizou -R\$ 100 milhões no 3T23 em comparação a +R\$ 75 milhões no 3T22, o que representou uma alíquota efetiva de -12,2% no 3T23 frente a +18,7% no mesmo período de 2022. O aumento da despesa no trimestre atual é explicado, principalmente, pelo aumento expressivo do lucro antes dos tributos, além de uma pequena redução na distribuição de JCP no trimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Na visão Reportada, o IR/CSLL totalizou -R\$ 97 milhões no 3T23 vs. +R\$ 88 milhões no 3T22, cuja piora é justificada pelos mesmos motivos citados anteriormente.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Normalizado¹¹ somou R\$ 724 milhões no 3T23, crescendo 53,0% A/A vs. 3T22 e mantendo o ritmo de expansão que vem apresentando ao longo de 2023. Com isso, o Lucro por Ação (LPA) Normalizado do trimestre alcançou R\$ 0,30 frente a R\$ 0,20 registrado no 3T22. Nos 9M23, o Lucro Líquido Normalizado expandiu 49,3% A/A.

CAPEX

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	% A/A	2T23	% T/T	9M23	9M22	% A/A
R\$ milhões								
Rede*	710	787	-9,8%	646	10,0%	2.242	2.451	-8,5%
TI e Outros*	288	190	51,4%	280	2,9%	970	904	7,3%
Capex Total	998	978	2,1%	926	7,8%	3.212	3.355	-4,3%
Capex Total/Receita Líquida	16,5%	17,4%	-0,9p.p.	15,8%	0,7p.p.	18,3%	21,4%	-3,1p.p.

* A abertura entre os valores de “Rede” e “TI e Outros” em 2023 foi ajustada após alteração na metodologia do seu reconhecimento, segundo critérios da Companhia.

O Capex totalizou R\$ 998 milhões no 3T23, um aumento de 2,1% A/A, em decorrência de maiores investimentos alocados na linha de “TI e Outros” devido a projetos de infraestrutura da Companhia. Com isso, o indicador Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 16,5% no 3T23 frente a 17,4% registrados no 3T22 (um recuo de 0,9 p.p. A/A). Nos 9M23, o Capex teve queda de 4,3% A/A.

O EBITDA Normalizado (-) Capex somou R\$ 2.012 milhões no 3T23, uma alta de 17,0% A/A no 3T23. Retornando os efeitos dos arrendamentos, o EBITDA-AL Normalizado¹² (-) Capex totalizou R\$ 1.401 milhões, representando um crescimento de 50,9% A/A no trimestre. Ambos os resultados foram possíveis em virtude de uma sólida evolução do EBITDA. Já o indicador EBITDA-AL Normalizado (-) Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 23,1% no período.

¹⁰ A linha de Imposto de Renda e a Contribuição Social teve impacto não recorrente de -R\$ 8,2 milhões no 1T23, referente a créditos fiscais relativos ao contrato de *intercompany* com a Cozani, e de -R\$ 3,9 milhões no 3T23, -R\$ 5,9 milhões no 2T23, -R\$ 4,2 milhões no 1T23, -R\$ 13,1 milhões no 3T22, -R\$ 17,1 milhões no 2T22 e -R\$ 6,9 milhões no 1T22, referentes a outros efeitos fiscais.

¹¹ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido”.

¹² EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas relacionadas ao processo de descomissionamento dos sites adquiridos da Oi Móvel.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	% T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
EBITDA Reportado	2.999	2.658	12,8%	2.896	3,5%	8.471	7.197	17,7%
Capex	(998)	(978)	2,1%	(926)	7,8%	(3.212)	(3.355)	-4,3%
EBITDA Reportado - Capex	2.001	1.681	19,0%	1.971	1,5%	5.258	3.842	36,9%
Δ Capital de Giro e Imposto de Renda	276	745	-62,9%	(625)	n.a.	(1.039)	(1.651)	-37,0%
dos quais Pagamentos do Leilão de Espectro	-	-	n.a.	(134)	n.a.	(134)	(2.361)	-94,3%
Pagamento de Leases	(822)	(806)	2,0%	(817)	0,6%	(2.445)	(2.070)	18,2%
dos quais Multas	(98)	-	n.a.	(57)	72,5%	(155)	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	1.455	1.620	-10,2%	529	175,0%	1.774	121	1360,4%

Ao final do período, a geração líquida de caixa total, excluindo os pagamentos de dividendos, avançou aproximadamente 76% A/A e após o pagamento dos dividendos (no valor total de R\$ 2.055 milhões) o crescimento foi de aproximadamente 20% A/A, tendo como principal motor a forte expansão do EBITDA-AL Normalizado (-) Capex. O Fluxo de Caixa Operacional da Companhia segue sendo impactado por elementos temporários no Capital de Giro, que retornou para o lado positivo nesse trimestre, como aqueles relacionados ao descomissionamento de sites e por impactos relacionados à ajustes do balanço sem impacto no fluxo de caixa total.

A Companhia tem a expectativa que, à medida que tais efeitos se dissipem, o Fluxo de Caixa Operacional volte a apresentar expansão.

É válido destacar que o pagamento integral da TFF para o ano de 2023 (R\$ 530 milhões), que compõe a taxa Fistel, continua suspenso até o momento, bem como os valores de 2020 (R\$ 490 milhões), 2021 (R\$ 480 milhões) e 2022 (R\$ 482 milhões e R\$ 104 milhões, referentes a TIM S.A. e Cozani, respectivamente), sem data definida para pagamento, beneficiando assim a dinâmica do Capital de Giro. Além disso, até 31 de dezembro de 2022, houve o reconhecimento de R\$ 215,6 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF), relativos ao exercício de 2020, 2021 e 2022, sendo R\$ 52,6 milhões registrados em 2021 e R\$ 163 milhões em 2022. Já em 2023, houve o reconhecimento de R\$ 178 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, atualizados até final de setembro (Nota Explicativa 22 do ITR).

Comentário do Desempenho

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSIONES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R\$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor + 0,75%	01/24 a 12/25	72	55	127
Scotia	USD	1,4748% a 3,2300% a.a.	04/24	1.516	-	1.516
BNP Paribas	BRL	7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	506	-	506
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	18	1.845	1.863
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	3	389	392
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	113	103	215
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	51	168	218
Dívida Financeira Total				2.278	2.559	4.837
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	57	926	984
Dívida Total Antes do Lease				2.336	3.485	5.821
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (12,36% a.a.)*	10/29	1.882	10.484	12.366
Dívida Total				4.218	13.969	18.187

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	3T23	2T23	1T23	4T22
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	2.278	2.171	1.815	1.265
Dívida de Longo Prazo	2.559	2.619	3.135	3.705
Dívida Financeira Total	4.837	4.790	4.950	4.970
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.446)	(3.339)	(3.881)	(4.739)
Derivativos Líquidos-ex C6	74	70	135	116
Dívida Financeira Líquida	465	1.521	1.205	347
Licença (5G)	984	953	924	895
Dívida Líquida AL	1.449	2.475	2.129	1.242
Lease Total	12.366	12.865	12.965	12.593
Dívida Líquida Total	13.815	15.339	15.094	13.835
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	0,2x	0,3x	0,3x	0,2x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	1,2x	1,4x	1,4x	1,4x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2024	127	908
2025	259	1.294
2026	779	1.759
2027	779	1.713
Após 2027	1.542	8.295
Dívida Total	3.485	13.969

A Dívida Total (pós-hedge) totalizou R\$ 18.261 milhões ao final do trimestre, representando um crescimento de R\$ 42 milhões frente ao 3T22. Esse aumento ano a ano reflete: (i) um aumento da dívida financeira em comparação ao final de setembro do ano anterior, principalmente pela utilização de parte de uma linha de crédito disponibilizada pelo BNDES (Finem) no 4T22; (ii) um maior impacto da linha de licenças do 5G, sob incidência da taxa básica de juros e cuja amortização da parcela referente a 2023 será realizada em dezembro; (iii) em contrapartida a uma redução do leasing total, parcialmente beneficiado pelo processo de descomissionamento de parte dos sites adquiridos da Oi.

No trimestre, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R\$ 4.911 milhões. **Excluindo os arrendamentos e licenças relacionadas ao leilão do 5G, o custo médio da dívida no trimestre, foi de 13,7% a.a. (104,3% do CDI), uma redução quando comparada ao custo de 14,2% a.a. (105,2% do CDI) no 3T22, impactada, principalmente, pela redução da taxa DI vs. o mesmo período no ano anterior.**

Comentário do Desempenho

No 3T23, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários somaram R\$ 4.446 milhões, o que equivale a um aumento de R\$ 743 milhões A/A em virtude de uma forte geração de caixa operacional no período (com um EBITDA Normalizado menos Capex crescendo 17,0% A/A), mesmo que parcialmente afetada pelos seguintes desembolsos: (i) depósito judicial de R\$ 670 milhões relativo ao ajuste de preço no valor de compra dos ativos da Oi (Nota Explicativa 11 no ITR); (ii) pelos pagamentos das parcelas relativas à aquisição de frequências do 5G (pagamento de duas parcelas do EACE – em outubro de 2022 e abril de 2023 – e da licença do 5G relativa ao ano de 2022, em dezembro de 2022); e (iii) pelos pagamentos de leasing acumulados.

O rendimento financeiro médio foi de 13,5% a.a. (102,4% do CDI) no 3T23, um recuo de 0,5 p.p. em relação ao 3T22, devido a uma redução da taxa Selic no comparativo anual.

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Base Móvel de Clientes ('000)	61.254	68.796	-11,0%	61.225	0,1%	61.254	68.796	-11,0%
Pré-Pago	34.078	39.136	-12,9%	34.639	-1,6%	34.078	39.136	-12,9%
Pós-Pago	27.176	29.659	-8,4%	26.586	2,2%	27.176	29.659	-8,4%
Pós-Pago Humano	22.198	24.947	-11,0%	21.842	1,6%	22.198	24.947	-11,0%
Base de Usuários 4G ('000)	53.891	59.612	-9,6%	54.736	-1,5%	53.891	59.612	-9,6%
Base de Usuários 5G ('000)	3.776	865	336,4%	2.477	52,5%	3.776	865	336,4%
Market share*	24,3%	26,4%	-2,1p.p.	24,3%	-	24,3%	26,4%	-2,1p.p.
Pré-Pago	31,8%	33,2%	-1,4p.p.	31,8%	-	31,8%	33,2%	-1,4p.p.
Pós-Pago	18,7%	20,8%	-2,1p.p.	18,6%	0,1p.p.	18,7%	20,8%	-2,1p.p.
Pós-Pago Humano	21,6%	24,0%	-2,5p.p.	21,5%	0,1p.p.	21,6%	24,0%	-2,5p.p.
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	791	708	11,6%	761	3,9%	791	708	11,6%
FTTH	692	514	34,6%	643	7,7%	692	514	34,6%
FTTC	99	194	-49,2%	118	-16,5%	99	194	-49,2%

* Dados do 3T23 publicados pela Anatel relativos a agosto de 2023.

SEGMENTO MÓVEL:

No trimestre, a TIM somou 61,3 milhões de usuários móveis, uma queda de 11,0% A/A frente ao 3T22. A redução reflete, majoritariamente, o impacto, no comparativo anual, da limpeza da base de clientes vindas da Oi realizada pela TIM em ambos os segmentos Pós-pago e Pré-pago em 2022. Esse impacto levou a base Pós-paga a atingir 27,2 milhões de acessos (-8,4% A/A), representando 44% da base móvel total, e a base Pré-paga a somar 34,1 milhões de acessos (-12,9% A/A) no período.

No Pós-pago, a TIM registrou 590 mil adições líquidas no trimestre e a base total do Pós-pago Humano (ex-M2M) atingiu 22,2 milhões de acessos (-11,0% A/A) – total de 5,0 milhões de linhas M2M (alta de 5,6% A/A).

Comentário do Desempenho

TEST DRIVE TIM

Seguindo sua cultura de inovação, a TIM executa uma nova ação inédita e pioneira no mercado brasileiro: consumidores de todo o país já podem conhecer a experiência de navegar na maior rede móvel 4G e 5G do país por meio de um “free trial”. A TIM está disponibilizando um “test drive” dos seus serviços, com pacotes gratuitos de 30GB e outros benefícios por 30 dias.

Para participar, basta o usuário ter um smartphone com eSIM e não ser cliente TIM nos últimos seis meses. Não haverá portabilidade: o usuário também permanece com o número da sua operadora atual. E a partir da ativação do eSIM, duas linhas passam a funcionar no aparelho e ele precisa selecionar o acesso TIM como padrão para uso de dados e, assim, iniciar o teste. Usuários da TIM UltraFibra também podem participar, desde que não tenham linha móvel da operadora. A adesão é 100% digital, por meio do app Meu TIM, informando dados básicos de cadastro (CPF, data de nascimento, e-mail e telefone).

Essa nova iniciativa disruptiva demonstra mais uma vez a atitude protagonista da TIM no setor, reforçando ainda mais o compromisso da Companhia em oferecer a melhor experiência de uso e qualidade de serviços a seus clientes.



SEGMENTO FIXO:

A base de clientes da TIM UltraFibra atingiu 791 mil conexões no 3T23, acelerando novamente o ritmo de crescimento ano a ano (+11,6%). Nesse período, o número de adições líquidas na ultra banda larga da TIM totalizou 29,7 mil, superando em mais de 3x o número registrado no 3T22 (+218,1% A/A). E a transição dos clientes para a fibra também continua sua trajetória de evolução: no 3T23, a base de FTTH expandiu 34,6% A/A.

Comentário do Desempenho

PLATAFORMA DE CLIENTES

A Plataforma de Clientes, tem como objetivo monetizar a base de clientes da empresa e aumentar a fidelidade desses clientes, através da observação de tendências de mercado e parcerias inovadoras. Essa iniciativa é habilitada por dois modelos de negócio:

- (i) **Parcerias Comerciais com remuneração direta pela venda de publicidade e de inteligência de dados** – Os principais produtos utilizados são o TIM Ads e o TIM Insights.
- (ii) **Parcerias Estratégicas que buscam atingir os mesmos objetivos acima, de forma ampla e em tempo recorde.** Neste modelo, além do TIM Ads e TIM Insights, utilizamos a marca da TIM para fazer um *endorsement* da marca parceira. Estimulamos o consumidor a aderir a marca parceira com ofertas exclusivas. Neste caso a remuneração da TIM é atrelada ao sucesso dessa adesão e composta por uma taxa de aquisição de clientes e participação nas empresas parceiras.

Dentro dessa estratégia foram elencadas algumas verticais com grandes oportunidades de sinergia com os serviços de telefonia móvel e por ter um *valuation* de mercado superior aos das empresas de telecomunicações. Abaixo estão detalhes das verticais nas quais já estamos atuando:

PUBLICIDADE MÓVEL E MONETIZAÇÃO DE DADOS

Nesse trimestre, o TIM Fun, app de *rewards* da TIM, atingiu a marca de 1 milhão de usuários ativos mensais. Além disso, através de *mobile advertising*, a TIM já serviu mais de 160 campanhas diretas para mais de 60 anunciantes ao longo de 2023, entre empresas de diversos setores e marcas.

A Companhia também assinou mais um acordo com um banco digital com a finalidade de fornecer ao banco *scores* financeiros baseados em dados do TIM Insights.

SERVIÇOS FINANCEIROS

Em março de 2020, a Companhia concluiu a negociação com o banco C6 e a partir de abril de 2020 lançou ofertas exclusivas para os clientes TIM que abrissem contas no banco e usassem seus serviços. Como remuneração nesse contrato, a TIM recebe comissão por contas ativas e a opção de obter a participação no banco à medida que são atingidas determinadas metas. A quantidade de ações recebida por cada meta atingida varia ao longo do contrato, sendo as faixas iniciais mais vantajosas para a TIM devido ao maior esforço necessário para fazer decolar uma nova empresa digital.

No dia 1º de fevereiro de 2021, a TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a deter uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6. Adicionalmente, a TIM detém opções de subscrição de ações, que representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 30 de setembro de 2023. Considerando o

Comentário do Desempenho

que já foi exercido, mais as opções, a participação potencial da TIM no Banco C6 pode atingir aproximadamente 5,88%, ressalvando a disputa arbitral em curso. Mais detalhes podem ser encontrados nas Notas 12, 31 e 37 no ITR.

SERVIÇOS DE CONTEÚDO E SEGURANÇA DIGITAL

Em julho de 2023, a TIM lançou mais um novo produto em parceria com a EXA, o Ensinah, uma plataforma de ensino e reforço escolar. O produto é dedicado ao aprofundamento de temas específicos de ensino para o público escolar do ensino fundamental e médio. Este serviço está disponível majoritariamente para os clientes TIM dos segmentos Controle e Pós-pago incluídos diretamente nos seus planos.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

A parceria comercial da TIM com o Descomplica continua trazendo grandes resultados ultrapassando 300 mil clientes TIM inscritos na plataforma de ensino onde são oferecidos produtos voltados para ENEM, Cursos Livres, Graduação e Pós Graduação.

SERVIÇOS DE SAÚDE

Em 2023, a TIM celebrou ainda acordo com o grupo Cartão de Todos, para oferecer serviços de saúde com condições especiais para sua base de clientes, incluindo serviços de telemedicina, bem como descontos em consultas médicas e odontológicas, medicamentos e exames.

Em agosto de 2023, a TIM iniciou a operação piloto desta parceria em 2 estados do país. Mais de 55 mil clientes TIM já baixaram o aplicativo Tutti Saúde, que conta com opções de assinaturas, individual e familiar (até 3 dependentes).

Seguindo o plano de expansão geográfica, a partir de outubro, esta parceria chegará também a outros estados da federação, com o objetivo de atingir a cobertura nacional nos próximos meses.

Comentário do Desempenho

INFRAESTRUTURA

Em 2023, a TIM mantém seu compromisso de oferecer uma cobertura superior, buscando aprimoramento constante de seus serviços e melhoria contínua da qualidade, buscando oferecer sempre uma melhor experiência de uso para seus usuários.

5G DA TIM COM DESTAQUE GLOBAL

Em novo relatório divulgado no mês de outubro sobre o panorama da experiência móvel global com o 5G, a OpenSignal anunciou que o 5G da TIM está entre as primeiras posições do ranking mundial de algumas modalidades do 5G. Os dados vêm do relatório **5G Global Mobile Network Experience Awards 2023**, referentes à diferença entre o primeiro semestre de 2022 e a primeira metade de 2023, onde a TIM está inserida no chamado “Grupo I” que considera operadoras presentes em mercados cujo tamanho geográfico é superior a 200 mil km².

Sobre os resultados, em termos de velocidade de download na rede 5G, a **TIM teve uma melhora percentual ano a ano na ordem de aproximadamente 547%, atingindo uma pontuação de 351 Mbps e marcando presença entre as categorias de “5G Global Leaders” e “5G Global Rising Star”.**

Além disso, a TIM também foi destaque em disponibilidade do 5G. Isso porque os **usuários TIM da OpenSignal observaram o maior aumento na disponibilidade de 5G no Grupo I** entre o 1S22 e o 1S23 – **um aumento de aproximadamente 560%, o maior do mundo entre as operadoras avaliadas no grupo**, o que assegurou para a TIM o selo de **“5G Global Rising Star”** também nessa modalidade.

Esse novo reconhecimento apenas comprova os esforços e a dedicação da TIM em oferecer a maior e melhor rede móvel do Brasil.

Abaixo os detalhes da evolução das nossas redes móveis e fixa:

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Cidades 4G	5.500	5.157	6,7%	5.468	0,6%	5.500	5.157	6,7%
das quais 700 Mhz habilitadas	4.576	4.368	4,8%	4.556	0,4%	4.576	4.368	4,8%
das quais VoLTE habilitadas	5.409	5.084	6,4%	5.380	0,5%	5.409	5.084	6,4%
População Urbana Coberta (4G)	100%	99%	1,0p.p.	100%	0,1p.p.	100%	99%	1,0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	96%	95%	0,8p.p.	96%	0,2p.p.	96%	95%	0,8p.p.
das quais VoLTE habilitadas	99%	99%	0,9p.p.	99%	0,1p.p.	99%	99%	0,9p.p.
Cidades 5G	180	22	718,2%	68	164,7%	180	22	718,2%
Cidades 4.5G	2.046	1.867	9,6%	2.027	0,9%	2.046	1.867	9,6%
Cidades 3G	4.157	4.120	0,9%	4.151	0,1%	4.157	4.120	0,9%
População Urbana Coberta (3G)	95%	94%	0,4p.p.	94%	0,2p.p.	95%	94%	0,4p.p.
Biosites	1.851	1.820	1,7%	1.846	0,3%	1.851	1.820	1,7%
Sky Coverage (nº sites)	1.694	1.342	26,2%	1.639	3,4%	1.694	1.342	26,2%
Massive MIMO (nº sites)**	2.538	2.480	2,3%	2.516	0,9%	2.538	2.480	2,3%
Homes passed*	10.376	5.919	75,3%	9.193	12,9%	10.376	5.919	75,3%
FTTH	9.380	4.050	131,6%	8.017	17,0%	9.380	4.050	131,6%
FTTC	3.060	3.000	2,0%	3.047	0,4%	3.060	3.000	2,0%
Cidades Cobertas com Banda Larga	83	40	107,5%	83	-	83	40	107,5%
FTTH	82	39	110,3%	82	-	82	39	110,3%
FTTC	5	5	-	5	-	5	5	-
FTTCity (nº cidades)	1.487	1.362	9,2%	1.456	2,1%	1.487	1.362	9,2%

* Os valores de *homes passed* foram ajustados em 2022, após alteração na metodologia do seu reconhecimento. Da mesma forma, os valores retroativos também foram alterados.

** Os valores do *Massive MIMO* foram alterados a partir do 1T22, após ajuste na metodologia de contagem dos *sites*.

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL e GOVERNANÇA

DESTAQUES DO 3T23

- Pelo terceiro ano consecutivo, a TIM foi reconhecida como a operadora mais diversa e inclusiva do mundo pelo Refinitiv Diversity & Inclusion Index. O índice mede o desempenho de mais de 15 mil companhias de capital aberto em temas de diversidade, inclusão e desenvolvimento de carreira. Além de ter conquistado a liderança global no setor de telecomunicações, a TIM ficou em quarto lugar no ranking mundial;
- Listada no recém-lançado IDIVERSA B3, a TIM foi única operadora do setor de telecomunicações a fazer parte do primeiro índice da bolsa brasileira a considerar critérios de gênero e raça para selecionar as empresas que irão compor sua carteira. O IDIVERSA B3 conta com 79 ativos de 75 companhias em dez setores econômicos;
- A TIM conquistou a medalha de prata nas categorias Melhor Empresa em Diversidade, Equidade e Inclusão e Melhor Empresa em Relatório de Sustentabilidade do Corporate ESG Awards 2023, que reúne as companhias de capital aberto com melhor desempenho em áreas de ESG no mundo;
- A TIM e a ONG Gerando Falcões, após a parceria para implementação da primeira favela 5G do Brasil, lançam em conjunto outra iniciativa com o objetivo de promover inclusão produtiva e levar mais tecnologia para as favelas do Brasil. Parte da receita gerada pelos planos TIM Black serão revertidas para projetos da instituição, que impacta mais de 5 mil comunidades em 25 Estados do país e possui uma rede com 1,1 mil ONGs;
- Em conjunto com o projeto Mulheres Positivas, a TIM celebrou parceria com a Secretaria Municipal da Mulher do Rio de Janeiro para ampliar a empregabilidade de 500 mil mulheres até o fim de 2024. O objetivo é complementar a formação feita pelo Programa Mulheres do Rio, que oferece cursos de capacitação voltados para a indústria, comércio, empreendedorismo e tecnologia, além de ensino de idiomas;
- A oitava edição do Academic Working Capital (AWC), programa de empreendedorismo universitário do Instituto TIM, selecionou 20 projetos no edital encerrado em agosto. Entre as iniciativas aprovadas, destacam-se uma inteligência artificial que aprimora a criação de camarões em tanques, a tokenização das áreas verdes para a conservação ambiental e uma plataforma que conecta ONGs de resgate animal com potenciais adotantes. A capacitação será concluída com a apresentação dos projetos na Feira de Investimentos, prevista para abril de 2024;
- O Instituto TIM, em parceria com a ONG One By One, concluiu mais um semestre do curso Educação Exponencial, projeto de educação tecnológica voltado a crianças, jovens e seus familiares. Ao longo da jornada de aprendizagem, os alunos, com idades variadas, tiveram a oportunidade de desenvolver habilidades empreendedoras usando diversas ferramentas;
- A TIM participou da Varanda de Nazaré, uma iniciativa artístico-cultural idealizada pela cantora Fafá de Belém para ampliar o olhar nacional sobre a cultura do Pará. Também fez parte da programação o Fórum Varanda da Amazônia, que teve a biodiversidade como tema central e a COP 30 - que acontecerá em Belém em 2025 - como inspiração, com a presença de representantes dos poderes público e privado, como a TIM. Além de reforçar a cobertura 5G e 4G na cidade, a TIM também montou um lounge tecnológico na Estação das Docas, com óculos de realidade virtual que simulou a experiência vivenciada por fiéis nas procissões realizadas nas ruas de Belém no Círio de Nazaré;

Comentário do Desempenho

- Com o objetivo de ampliar seu Programa de coleta de resíduos eletroeletrônicos, a TIM firmou parceria com a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletrônicos e Eletroeletrônicos (ABREE). A operadora, que já possui urnas de coleta em mais de 170 pontos, como lojas próprias e prédios administrativos, visa com a iniciativa expandir os coletores para mais lugares, incluindo lojas de revendas da TIM, shoppings e lojas de varejo. Nestes locais, podem ser descartados aparelhos celulares em desuso e seus acessórios, chips, embalagens de telefone, além de baterias e outros equipamentos portáteis;
- A TIM encerrou o 3T23 com 1.851 *biosites* ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação. O projeto foi premiado pelo Anuário TeleSíntese de Inovação na categoria Operadoras de Serviço de Telecom, competindo com outras 150 empresas;
- Como parte da evolução do projeto Geração Distribuída, a TIM terminou o 3º trimestre com 94 usinas em operação. O projeto é responsável por promover o abastecimento da rede com a utilização de usinas de energia renovável arrendadas de parceiros. A expectativa da Companhia é contar com 100 unidades alimentando suas operações em diferentes Estados até o fim de 2023, com predominância de plantas solares;
- A TIM foi vencedora na categoria Tecnologia e Telecomunicações da Melhores e Maiores da Exame. A premiação, que chegou a sua 50ª edição em 2023, reconhece as iniciativas das principais companhias do Brasil em seus diversos setores de atividade. A Companhia também obteve pelo segundo ano consecutivo o primeiro lugar no Prêmio Conarec, no setor de Telecomunicações, e no Prêmio Valor 1.000, na categoria TI&Telecom;
- Com dois cases de sucesso na área de atendimento ao cliente, a TIM recebeu o Prêmio Customer Smart 2023 pela sua estratégia no tratamento das solicitações e pela diminuição de queixas no site Reclame Aqui, além de ter potencializado a experiência de clientes estratégicos.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

Comentário do Desempenho

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao terceiro trimestre ("3T23") e aos primeiros nove meses do ano de 2023 ("9M23"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TIM S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	3T23	3T22	%A/A	2T23	%T/T	9M23	9M22	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	61.254	68.796	-11,0%	61.225	0,1%	61.254	68.796	-11,0%
Pré-Pago	34.078	39.136	-12,9%	34.639	-1,6%	34.078	39.136	-12,9%
Pós-Pago	27.176	29.659	-8,4%	26.586	2,2%	27.176	29.659	-8,4%
Pós-Pago (ex-M2M)	22.198	24.947	-11,0%	21.842	1,6%	22.198	24.947	-11,0%
Base de Usuários 4G ('000)	53.891	59.612	-9,6%	54.736	-1,5%	53.891	59.612	-9,6%
Base de Usuários 5G ('000)	3.776	865	336,4%	2.477	52,5%	3.776	865	336,4%
Market share*	24,3%	26,4%	-2,1p.p.	24,3%	-	24,3%	26,4%	-2,1p.p.
Pré-Pago	31,8%	33,2%	-1,4p.p.	31,8%	-	31,8%	33,2%	-1,4p.p.
Pós-Pago	18,7%	20,8%	-2,1p.p.	18,6%	0,1p.p.	18,7%	20,8%	-2,1p.p.
Pós-Pago (ex-M2M)	21,6%	24,0%	-2,5p.p.	21,5%	0,1p.p.	21,6%	24,0%	-2,5p.p.
Churn Mensal (%)	3,0%	3,8%	-0,7p.p.	3,1%	-0,1p.p.	3,2%	3,5%	-0,3p.p.
ARPU Móvel Reportado (R\$)	30,2	24,9	21,1%	29,2	3,5%	29,0	25,9	11,8%
ARPU Móvel Normalizado (R\$)	30,2	24,9	21,1%	29,2	3,5%	29,1	25,9	12,1%
Pré-Pago	15,0	12,8	17,1%	14,3	4,7%	14,4	12,8	12,0%
Pós-Pago	43,7	36,0	21,4%	43,1	1,5%	42,4	37,2	14,0%
Pós-Pago (ex-M2M)	52,9	42,4	24,7%	51,8	2,0%	50,9	44,1	15,3%
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	791	708	11,6%	761	3,9%	791	708	11,6%
FTTH	692	514	34,6%	643	7,7%	692	514	34,6%
FTTC	99	194	-49,2%	118	-16,5%	99	194	-49,2%
Adições Líquidas TIM UltraFibra ('000)	30	9	218,1%	29	3,8%	75	24	214,8%
ARPU TIM UltraFibra (R\$)	93,5	92,8	0,8%	94,8	-1,4%	93,8	91,9	2,0%
Aparelhos Vendidos ('000)	146	147	-0,6%	135	7,9%	426	453	-6,0%
Colaboradores	9.253	9.675	-4,4%	9.281	-0,3%	9.253	9.675	-4,4%

* Dados do 3T23 publicados pela Anatel relativos a agosto de 2023.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59% do capital social da TIM S.A. em 30 de setembro de 2023 (66,59% em 31 de dezembro de 2022).

O grupo TIM (“Grupo”) é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 30 de setembro de 2023, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2022) na companhia I-Systems (coligada) e detinha 100% em 31 de dezembro de 2022 na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) – controlada. Considerando que a incorporação, pela TIM, por meio do Ato n.º 3.535/2023, o qual transferiu as outorgas do SMP a ela associadas, e a sua consequente extinção, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 30 de setembro de 2023.

1.2. Reorganização Societária

1.2.1. Combinação de negócios Cozani

Em 14 de abril de 2022, a TIM, a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. (“Compradoras”) entregaram à Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Vendedora”, “Cedente” ou “Oi Móvel”) a notificação de fechamento relativa ao processo de aquisição dos ativos móveis da Vendedora, a partir das aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), mediante assinatura de Acordo em Controle de Concentrações, já transitada em julgado, e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em especial com a publicação dos Atos nº 4.949/2022, 4.950/2022 e 4.951/2022, além de atingidas ou dispensadas pelas Compradoras, conforme o caso, todas as condições precedentes contratuais.

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas Compradoras, após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição, passando a TIM, a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

Vale mencionar que, dentre eles, em 19 de abril de 2022, a TIM disponibilizou a Oferta de Referência dos Produtos no mercado de atacado de ROAMING (“ORPA – Roaming Nacional”), a qual, após os ajustes determinados pela Área Técnica da Anatel, foi submetida no Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado – SNOA, tendo sido aprovada tal submissão em 21 de setembro de 2022. Alguns dos termos dessa Oferta foram objeto de Recursos, cuja deliberação, pelo Conselho Diretor da Anatel, já ocorreu, pelo que o prazo para os ajustes determinados pela Anatel está previsto para o mês de outubro de 2023.

Na mesma data, disponibilizou a Oferta de Referência destinada a Operadoras de Rede Móvel Virtual (“Oferta de Referência – MVNO”), a qual foi aprovada, pela Anatel, em 26 de setembro de 2022. Alguns dos termos dessa Oferta também foram objeto de Recursos, os quais já foram deliberados pelo Conselho Diretor da Anatel. A TIM entende ter cumprido a decisão e irá demonstrar à Anatel. .

Em 4 de julho de 2022, a TIM disponibilizou, de forma independente, ofertas públicas para alienação de até 50% das Estações Rádio Base (“ERBs”) adquiridas da Oi Móvel (“Ofertas Públicas de ERBs”). Considerando que a Oferta deveria ficar disponível por até 06 (seis) meses contados de sua publicação para manifestação de potenciais interessados, devendo ser prorrogada por 2 (dois) meses adicionais em caso de inexistência de interessados, o prazo em questão para a obrigação de sua disponibilização se encerrou no dia 23 de fevereiro de 2023, sem que tenha havido qualquer aquisição por eventuais interessados. Desta forma, a Oferta foi retirada do site da TIM.

Em 5 de julho de 2022, TIM e Oi Móvel assinaram Carta de Intenção visando garantir a manutenção e continuidade dos serviços móveis prestados na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF até o término da vigência, em 21 de fevereiro de 2024, do Acordo de Cooperação nº 12000/2019-001/00, celebrado em 21 de fevereiro de 2019 pela União, por meio do Comando da Marinha, e pela Telemar Norte Leste e a então Oi Móvel. As providências de assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação, que formaliza o resultado das referidas negociações, foram concluídas em 09 de dezembro de 2022. Em 06 de junho de 2023, por meio do Despacho nº 115/2023/COGE/SCO, a Anatel atestou o cumprimento da referida determinação.

Em 15 de agosto de 2022, a TIM assinou com a Oi o Contrato de Disponibilização de Radiofrequência de modo a permitir o atendimento, pela Oi, das metas de implantação de sistemas de acessos fixo sem fio previstas no Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU-IV), aprovado pelo Decreto nº 9.619/2018. O objetivo de tal contrato, conforme determinado pela ANATEL, é viabilizar a continuidade das metas já cumpridas, e o atendimento de metas não adimplidas e exigíveis. O contrato tem vigência até o fim da concessão de STFC da Oi, em 31 de dezembro de 2025.

Em 20 de outubro de 2022, a TIM publicou Ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Exploração Industrial de Rede (“Oferta – Exploração Industrial de Rede”) e de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência (“Oferta – Radiofrequência”), nos termos definidos pelo ACC (Acordo em Controle de Concentrações) firmado com o CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 6 meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses.

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2022, a TIM publicou ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência 900 MHz, tendo por objeto as radiofrequências adquiridas da Oi Móvel na referida faixa de frequência ("Oferta – Radiofrequência 900 MHz"), nos termos definidos pelo ACC firmado com o CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 8 (oito) meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses.

O ACC aguarda atesto de cumprimento pelo CADE.

O total de contraprestação registrada pela aquisição da Cozani é de R\$ 7.211,6 milhões.

Dos valores acordados de compra, temos os seguintes saldos registrados como obrigações contratuais em 30 de setembro de 2023:

- (i) O montante de R\$ 634,3 milhões de reais foi retido pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências encontradas nas premissas de cálculo dos temas: (i) Capital de Giro e Dívida Líquida, (ii) Capex e (iii) Adições líquidas, o valor de R\$634,3 milhões, se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras, cabendo à TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 670 milhões. O referido depósito permanecerá em conta vinculada ao Juízo enquanto se aguarda a instalação do Tribunal Arbitral. Para mais detalhes vide nota 11 e nota 41;
- (ii) O montante de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente. Após acordo entre as partes, será atualizado em outubro de 2023.

Em 30 de setembro de 2023, ambas as obrigações alcançavam o montante total de R\$ 748 milhões (R\$ 748 milhões em 31 de dezembro de 2022).

Os efeitos do acordo em relação aos ajustes pós fechamento, homologado pela câmara arbitral, será ajustado em outubro de 2023.

A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de "Despesas antecipadas" e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões.

Em um acordo firmado com a Oi S.A., divulgado pela TIM em 4 de outubro de 2023, em Fato Relevante, culminou na recuperação de metade do valor originalmente retido na data do fechamento (R\$ 317 milhões), atualizado monetariamente até a data do resgate, conforme destacado na nota 41.

Notas Explicativas

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se finalizado, conforme laudo de alocação de preço de compra “*Price purchase allocation*”. Nesta data, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado (Nota 15)	3.518.477
Intangível (Nota 16)	3.599.811
	8.558.083
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento (Nota 17)	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	(3.982.924)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.575.159
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
Total da contraprestação	7.211.585

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani (“ativos líquidos”) pela TIM na data de aquisição e os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia, que refletem os resultados da empresa adquirida a partir de 30 de abril de 2022:

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.629
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2022	1.231.518
Contribuição para o Grupo com prejuízo desde a data da aquisição até 31/12/2022	(626.258)
Receita líquida da adquirida no exercício de 2022	2.297.351
Prejuízo da adquirida no exercício de 2022	(1.910.638)

Notas Explicativas

- (i) A mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justos das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;
- (ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPEEM (*“Multi-period excess earning method”*) baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 7,67 anos.

O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio reconhecido já vem sendo deduzido para fins fiscais desde a data de incorporação societária da empresa Cozani na TIM S.A., ocorrida em 01 de abril de 2023.

Incorporação da Cozani

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2023, a efetivação da Incorporação ainda dependeria da conclusão dos procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica e da obtenção da anuência prévia da ANATEL, o que ocorreu quando da publicação do Ato n.º 3.535/2023.

Em 31 de março de 2023, o Conselho de Administração (“CdA”) tomou conhecimento da obtenção da referida anuência e verificou o cumprimento das demais condições para conceder plena efetividade à Incorporação. Dessa forma, a CdA declarou que a referida Incorporação e a consequente extinção da Cozani se tornaram eficazes, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023. A Incorporação aprovada não resultou em aumento de capital, nem na emissão de novas ações da Companhia ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se falar em relação de substituição de ações ou direito de recesso.

O objetivo desta incorporação é a simplificação da estrutura societária da TIM S.A, eliminação da sobreposição das autorizações para exploração do serviço SMP, a padronização dos serviços prestados pelas Companhias e, ainda, ao final, propiciará a concentração das atividades concernentes à prestação de serviços de telecomunicação móvel pessoal em uma única companhia, além de resultar na otimização de custos operacionais e na alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

As variações do patrimônio da Cozani entre a data do laudo (31 de dezembro de 2022) e do ato societário de incorporação (1 de abril de 2023), foram incorporadas ao balanço patrimonial da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Notas Explicativas

O acervo líquido contábil em 31 de dezembro de 2022, está sumariado a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante	1.376.107	Circulante	1.900.283
Não Circulante	3.987.996	Não Circulante	2.422.684
Realizável a longo prazo	846.823		
Imobilizado	2.885.893		
Intangível	255.280		
		Acervo líquido	1.041.136
Total do Ativo	5.364.103	Total Passivo	5.364.103

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentou lucro de R\$1.754.913. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$2.882.113, ocasionado pela aquisição da Cozani e pagamento das obrigações relacionadas à licença 5G. A Companhia entende que os investimentos citados trarão benefícios relevantes e eficiência operacional. Em 30 de setembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$25.574.058.

Notas Explicativas

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o fluxo de caixa operacional é positivo em R\$ 7,7 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada e controlada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM e sua controlada Cozani. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Notas Explicativas

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Em função da incorporação da Cozani em 1º de abril de 2023 descrito na nota 1, a Companhia incorporou todos os saldos ativos e passivos da sua antiga controladora e apresenta saldos consolidados para as demonstrações de resultado, demonstrações de resultado abrangente, demonstrações de fluxo de caixa e demonstrações de valor adicionado em função dos resultados individuais da Cozani entre janeiro e março/23 comporem os saldos consolidados ao longo do ano de 2023.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Notas Explicativas

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis dos arrendamentos em comparação aos termos de mercado. Considerando que a natureza fora de mercado desse arrendamento é refletida no ativo de direito de uso, o Grupo não reconhece separadamente um ativo intangível ou passivo relativos aos termos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao valor de mercado.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 6 de novembro de 2023.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2023.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprova rem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

Notas Explicativas

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Grupo avaliou os contratos e não identificou alterações relevantes nas informações trimestrais.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Notas Explicativas

Estas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas informações trimestrais consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2023.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

Notas Explicativas

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

O Grupo não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

O Grupo não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis* (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

- **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

Notas Explicativas

O Grupo não identificou impactos relevantes dessas alterações.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em controlada e coligada.*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (Nota 16) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em controlada e coligada são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na Nota 14.

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 8.c).

Notas Explicativas

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 28).

(f) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

Notas Explicativas

(g) Valor justo do intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment*.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

(h) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Para maiores informações vide notas 1.2.1 e 2.e.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Caixa e bancos	24.841	59.679	59.959
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	3.583.971	1.725.421	2.488.754
	<u>3.608.812</u>	<u>1.785.100</u>	<u>2.548.713</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações na controladora, em 2023, referente aos CDB's é de 101,98 % a.a. (100,12% em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado, 100,12% em 31 de dezembro de 2022, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	13.771	12.929	12.929
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	194	179	179
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾			
Títulos Públicos ^(a)	506.824	1.323.409	1.323.409
CDB ^(b)	6.445	20.371	20.371
Letra Financeira ^(c)	134.555	398.879	398.879
Outros ^(d)	189.408	447.797	447.797
	851.197	2.203.564	2.203.564
Parcela circulante	(837.426)	(2.190.635)	(2.190.635)
Parcela não circulante	13.771	12.929	12.929

No início de 2023, diante do cenário de forte estresse observado no mercado de títulos e valores mobiliários, a Companhia optou por reduzir sua posição em fundos, migrando boa parte dos recursos para operações de renda fixa (CDB's) junto a bancos de primeira linha, retornando gradativamente a partir de agosto.

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2023 foi de 0,72% a.a. (0,09% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2023 foi de 99,65% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,94% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média em 2023 dos FIC's foi de 100,27% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (107,19% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Contas a receber de clientes	3.812.602	3.978.135	3.659.777
Contas a receber bruta	4.453.335	4.540.225	4.241.515
Serviços faturados	2.257.848	2.055.009	2.149.579
Serviços a faturar ("unbilled")	997.715	909.760	929.669
Uso de rede	660.866	981.978	550.416
Venda de mercadorias	520.997	572.103	590.476
Ativo contratual (nota 23)	15.579	19.828	19.828
Outras contas a receber	330	1.547	1.547
Perdas por crédito de liquidação esperada	(640.733)	(562.090)	(581.738)
Parcela circulante	(3.580.677)	(3.739.452)	(3.421.094)
Parcela não circulante	231.925	238.683	238.683

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
	(9 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	562.090	746.819	746.819
Saldo de companhia incorporada (nota 1.2)	23.737	-	-
Constituição de provisão	448.132	585.699	626.218
Baixas de Provisão	(393.226)	(770.428)	(791.299)
Saldo Final	<u>640.733</u>	<u>562.090</u>	<u>581.738</u>

Em 2022, a variação no saldo final da provisão para perdas de crédito esperadas ocorreu em virtude da constituição de provisão, líquida de reversão e da baixa de faturas já provisionadas.

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Total	<u>4.453.335</u>	<u>4.540.225</u>	<u>4.241.515</u>
A vencer	3.211.908	3.575.228	3.221.416
Vencidos até 30 dias	329.984	262.644	286.324
Vencidos até 60 dias	129.457	81.939	82.533
Vencidos até 90 dias	111.205	68.391	73.581
Vencidos há mais de 90 dias	670.781	552.023	577.661

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Total Estoques	415.372	236.117	236.117
Estoques	432.088	248.768	248.768
Aparelhos celulares e tablets	289.819	138.951	138.951
Acessórios e cartões pré-pagos	113.436	78.330	78.330
TIM chips	28.833	31.487	31.487
Perdas para ajuste ao valor de realização	(16.716)	(12.651)	(12.651)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	833.592	879.227	879.227
Imposto de renda	553.456	645.192	645.192
Contribuição social	280.136	234.035	234.035
Parcela circulante	(626.257)	(361.349)	(361.349)
Parcela não circulante	207.335	517.878	517.878

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Naquele momento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Ao longo dos anos, houve o reconhecimento da correção dos valores em 2021 de R\$ 11 milhões, 2022 de R\$ 61 milhões e 2023 até o presente momento foi reconhecido R\$ 32 milhões.

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e no mês de setembro a empresa obteve a habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Neste momento realizou a segregação dos créditos tributários reconhecidos no ativo, pois o crédito tributário é composto por valores de IRPJ e CSLL recolhidos a maior e passíveis de compensação com os demais débitos de natureza federal e de ativo fiscal diferido lastreado nos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL compensados ao longo dos anos considerando um lucro tributável majorado pela atualização SELIC sobre indébitos. Ao reduzir o lucro tributável, foi possível recompor parcialmente os valores de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL compensados, pois a legislação prevê a compensação de até 30% do lucro tributável do período.

Notas Explicativas

Com isso, a empresa realizou a reclassificação entre contas do ativo (Imposto de renda e contribuição social a recuperar x Imposto de renda e contribuição social diferidos) no montante de R\$ 156 milhões, reconhecendo os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 114 milhões e R\$ 42 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021.

Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS no montante de R\$ 18 milhões.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2023, a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Impostos de renda e contribuição social a recolher	76.081	78.351	78.351
Imposto de renda	-	34.207	34.207
Contribuição social	76.081	44.144	44.144
Parcela circulante	(76.081)	(78.351)	(78.351)

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	177.116	95.927	225.882
Diferenças temporárias:			
Provisão para processos judiciais e administrativos	476.834	381.865	381.865
Provisão para perdas de crédito esperadas	248.274	198.933	220.911
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	36.384	34.657	34.657
Provisão para participação dos empregados	39.306	49.989	49.989
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	883.115	642.479	711.897
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(34.560)	(34.560)
Instrumentos financeiros derivativos	(188.822)	(161.174)	(161.174)
Juros capitalizados 5G	(290.496)	(281.468)	(281.468)
Custo atribuído – TIM S.A.	(25.578)	(32.177)	(32.177)
Ajustes norma IFRS16 (iii)	655.825	468.113	596.495
Depreciação acelerada (iv)	(853.427)	(663.303)	(715.041)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (v)	(249.477)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (vi)	420.650	-	557.932
Ágio amortizado – Cozani	(89.638)	-	-
Amortização da mais valia	61.516	45.592	45.591
Outros ativos	156.556	61.717	167.018
Outros passivos	(34.373)	(30.413)	(20.800)
	<u>1.389.205</u>	<u>526.700</u>	<u>1.497.540</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, ainda não reconhecidos	-	-	(129.954)
	<u>1.389.205</u>	<u>526.700</u>	<u>1.367.586</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.155.576</u>	<u>1.979.272</u>	<u>2.992.237</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(1.766.371)</u>	<u>(1.452.572)</u>	<u>(1.624.651)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. a nível controladora e, a nível consolidado, adiciona-se também a TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão da transação de venda de 51% de participação societária da I-Systems para a IHS.

(iii) Representa a adição de novos contratos. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas

(iv) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 853 milhões até 30 de setembro de 2023 (R\$ 663 milhões até 31 de dezembro de 2022) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(v) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(vi) Representa o diferido constituído referente, ao *impairment* de ativos tangíveis adquiridos na aquisição da Cozani em abril/2022.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 30 de setembro de 2023.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	Total
2023	82.204	587.626	669.830
2024	94.912	212.794	307.706
2025	-	180.003	180.003
2026 em diante	-	1.998.037	1.998.037
Total	177.116	2.978.460	3.155.576

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 75.377 ao longo de 2023 (R\$123.948 em 2022).

Notas Explicativas

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda do período	(170.894)	(129.271)	(171.152)	(129.271)
Contribuição social do período	(78.769)	(41.229)	(78.864)	(41.229)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	158.163	97.270	158.163	97.270
	(91.500)	(73.230)	(91.853)	(73.230)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda diferido	(56.179)	(4.535)	(113.843)	81.026
Contribuição social diferida	(346)	(6.818)	(21.104)	24.713
	(56.525)	(11.353)	(134.947)	105.739
	(148.025)	(84.583)	(226.800)	32.509

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.902.938	1.217.150	1.981.713	1.100.058
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(646.999)	(413.831)	(673.782)	(374.020)
(Adições) / exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	29.569	(88.369)	(22.583)	(13.259)
Adições, exclusões permanentes:				
Receitas não tributáveis	13.086	27.314	13.086	144.083
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(15.623)	(27.924)	(15.623)	(108.127)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	158.163	97.270	158.163	97.270
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	321.300	321.300	321.300	321.300
Outros valores	(7.521)	(343)	(7.361)	(34.738)
	498.974	329.248	446.982	406.529
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(148.025)	(84.583)	(226.800)	32.509
Alíquota efetiva	7,78%	6,95%	11,44%	(2,96)%

- (i) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Conforme mencionado na nota 8.a, a Companhia realizou uma baixa de R\$ 13 milhões de IRPJ e CSLL no terceiro trimestre de 2023, em razão do trânsito em julgado da ação judicial que discutia a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito.

Notas Explicativas

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.721.433	1.709.810	1.727.069
ICMS (i)	1.370.069	1.314.811	1.323.604
PIS / COFINS (ii)	198.333	194.449	194.452
IRRF sobre aplicações financeiras	53.628	111.962	120.417
Outros	99.403	88.588	88.596
Parcela circulante	(775.739)	(820.338)	(831.661)
Parcela não circulante	945.694	889.472	895.408

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referiam-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

A Companhia, através de declarações, compensou os créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS até 31 de março de 2023, totalizando o valor de R\$ 3.517 milhões.

O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Despesas Antecipadas	467.228	278.764	359.109
Fistel (i)	105.442	-	-
Propagandas não veiculadas (ii)	38.984	2.361	2.361
Aluguéis e seguros	63.321	64.544	64.544
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	187.150	178.543	178.543
Serviços de TI (iv)	20.198	21.500	21.500
Despesas antecipadas contratuais (v)	-	-	77.810
Outros	52.133	11.816	14.351
Parcela circulante	(365.456)	(198.506)	(278.851)
Parcela não circulante	101.772	80.258	80.258

Notas Explicativas

(i) Durante o primeiro semestre de 2023, foram pagos os montantes de R\$ 94 milhões e R\$ 328 milhões, referentes ao TFF da Cozani e Condecine/CFRP da TIM S.A. e Cozani, respectivamente. Estes valores são apropriados mensalmente ao resultado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede e migração das informações para nuvem "cloud".

(v) Refere-se ao pagamento em abril/22 (momento da aquisição da Cozani) do TSA (Contrato de serviço de transição), no montante de R\$250.722, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição da Cozani.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Depósitos judiciais	1.444.299	1.377.560	1.377.560
Cível	1.036.632	974.482	974.482
Trabalhista	74.655	117.583	117.583
Tributário	214.462	184.435	184.435
Regulatório	115	113	113
Penhora Online (i)	118.435	100.947	100.947

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Notas Explicativas

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$ 80.721 (R\$ 77.854 em 31 de dezembro de 2022).

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, a TIM informou ter sido proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A.

Em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões (R\$ 748 milhões, atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2023). O referido depósito permaneceu em conta vinculada ao Juízo enquanto até a instalação do Tribunal Arbitral.

Em 4 de outubro de 2023, a TIM informou a realização de acordo com a Oi S.A., tendo resgatado metade do valor, originalmente retido na data do fechamento, equivalente a R\$ 317 milhões, atualizado monetariamente até a data do fechamento (vide nota 41).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 214.462 em 30 de setembro de 2023, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$38.140 (R\$36.417 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.583 (R\$ 5.295 em 31 de dezembro de 2022).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$23.651 (R\$ 22.178 em 31 de dezembro de 2022).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$12.035 (R\$ 11.557 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$11.979 (R\$ 8.651 em 31 de dezembro de 2022).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.740 (R\$ 3.623 em 31 de dezembro de 2022).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.916 (R\$ 3.766 em 31 de dezembro de 2022).
- (h) Depósito realizado pela TIM S.A. – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$67.011 (R\$ 63.967 em 31 de dezembro de 2022).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$22.680 (R\$7.691 em 31 de dezembro de 2022).
- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$15.409 (R\$ 11.524 em 31 de dezembro de 2022).

12. Outros ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um instrumento de capital próprio no balanço é realizado pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

Em 26 de março de 2020, a TIM S.A. e o BANCO C6 S.A., concluíram as negociações relativas a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais para as bases de clientes dos Parceiros.

Notas Explicativas

Em julho de 2020, foi lançada a primeira oferta em parceria com o Banco C6, com condições especiais para clientes TIM que sejam também clientes C6. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

No dia 1º de fevereiro de 2021, A TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a exercer uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

A Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa 1,44% da participação societária no Banco C6, que totaliza R\$162.958

Em setembro de 2023, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 2 milhões no Fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth”.

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Outros ativos	311.402	265.661	265.042
Adiantamento a empregados	33.851	7.092	7.092
Adiantamentos a fornecedores	68.685	31.422	31.437
Valores a receber TIM Brasil (nota 35)	22.704	22.790	22.790
Valores a receber projetos incentivados	36.799	63.034	63.034
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	87.911	69.794	69.794
Outros	61.452	71.529	70.895
Parcela circulante	(272.176)	(200.264)	(199.644)
Parcela não circulante	39.226	65.397	65.398

14. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Cozani

Conforme mencionado na nota 1.2, em 20 de abril de 2022, a TIM S.A., (em conjunto com as outras Compradoras Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.), após cumprir as condições precedentes estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANATEL, concluiu o processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Com a conclusão da Operação, a TIM S.A. passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de bens, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Em 1º de abril de 2023, a TIM S.A. incorporou a Cozani, portanto, para todos os efeitos, esta foi extinta e, para todos os fins e efeitos, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 30 de setembro de 2023. A TIM S.A. detinha 100% de participação no capital social da Cozani em 31 de dezembro de 2022.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Companhia, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2022) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	09/2023	12/2022
Ativo	2.086.252	1.820.223
Ativo circulante e não circulante	389.076	291.799
Ativo tangível e intangível	1.697.176	1.528.424
Passivo e Patrimônio Líquido	2.086.252	1.820.223
Passivo circulante e não circulante	654.307	398.189
Patrimônio líquido	1.431.945	1.422.034
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Valor do investimento (nota 14.b)	1.473.697	1.540.116

	09/2023	12/2022
Prejuízo líquido do período	(135.549)	(125.687)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(66.419)	(61.587)

Notas Explicativas

a) Participação em empresas controlada e coligada

	Coligadas		Controlada		Total	
	09/2023 I-Systems	12/2022 I-Systems	Cozani até 31/03/23	12/2022 Cozani	09/2023	12/2022
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	-	3.002.872	-	-
Participação no capital total	49%	49%	-	100%	-	-
Patrimônio líquido	1.567.495	1.422.034	-	4.199.623	-	-
Prejuízo do período/exercício (i)	(135.549)	(125.687)	-	(626.258)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(66.419)	(61.587)	153.387	(492.165)	86.968	(553.752)
Amortização da mais valia	-	-	(53.781)	(134.093)	(53.781)	(134.093)
Valor do investimento	1.473.697	1.540.116	-	4.199.623	1.473.697	5.739.739

(i) Os resultados da controlada apresentam a movimentação a partir da data de aquisição. A data de aquisição e transferência de controle foi 20 de abril de 2022 e os resultados da controlada foram consolidados a partir de 30 de abril de 2022, por ser a informação financeira disponível mais próxima a data de transferência do controle.

O patrimônio líquido da Cozani em 30 de abril de 2022, foi ajustado para adequação às práticas contábeis da Companhia refletindo uma redução de aproximadamente R\$1.641 milhões referente, principalmente, ao *impairment* de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos.

Notas Explicativas

b) Mutação do investimento em empresas controlada e coligada:

	I-Systems (coligada)	Cozani (controlada incorporada)	Total
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2022	1.540.116	4.199.623	5.739.739
Amortização da mais valia até 31/03/23	-	(53.781)	(53.781)
Resultado de equivalência patrimonial	(66.419)	153.387	86.968
Patrimônio líquido Cozani – incorporado pela TIM S.A.	-	(1.194.523)	(1.194.523)
Mais valias de radiofrequência e lista de clientes	-	(3.104.706)	(3.104.706)
Saldo do investimento em 30 setembro de 2023	1.473.697	-	1.473.697

15. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Os valores de imobilizado registrados na aquisição da Cozani foram ajustados aos seus valores recuperáveis e após a incorporação encontram-se registrados na TIM S.A. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresenta nenhum outro indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

• Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	Saldo em dez/22	Adições	Baixas	Transferências	Adição por incorporação	Saldo em set/23
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	54.530.017	4.175.355	(715.263)	-	11.371.149	69.361.258
Equipamentos de comutação / transmissão	28.749.731	16.412	(98.637)	2.404.742	6.527.485	37.599.733
Cabos de fibra ótica	783.396	-	-	1.043	-	784.439
Aparelhos em comodato	2.956.156	-	(14.781)	170.725	920.690	4.032.790
Infraestrutura	6.921.727	7.530	(20.646)	189.706	572.350	7.670.667
Bens de informática	1.780.652	-	(2.571)	25.518	-	1.803.599
Bens de uso geral	957.396	-	(451)	26.363	9.202	992.510
Direito de uso em arrendamentos	11.493.062	1.616.562	(577.642)	-	3.341.422	15.873.404
Terrenos	39.802	-	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	2.534.851	(535)	(2.818.097)	-	564.314
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(34.754.757)	(3.818.365)	127.275	-	(8.289.050)	(46.734.897)
Equipamentos de comutação / transmissão	(20.101.222)	(1.760.317)	95.635	-	(6.088.197)	(27.854.101)
Cabos de fibra ótica	(583.854)	(45.919)	-	-	-	(629.773)
Aparelhos em comodato	(2.677.840)	(126.845)	9.841	-	(920.672)	(3.715.516)
Infraestrutura	(4.404.860)	(275.417)	18.986	-	(587.153)	(5.248.444)
Bens de informática	(1.675.605)	(34.557)	2.561	-	-	(1.707.601)
Bens de uso geral	(698.448)	(37.439)	252	-	(7.706)	(743.341)
Direito de uso em arrendamentos	(4.612.928)	(1.537.871)	-	-	(685.322)	(6.836.121)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	19.775.260	356.990	(587.988)	-	3.082.099	22.626.361
Equipamentos de comutação / transmissão	8.648.509	(1.743.905)	(3.002)	2.404.742	439.288	9.745.632
Cabos de fibra ótica	199.542	(45.919)	-	1.043	-	154.666
Aparelhos em comodato	278.316	(126.845)	(4.940)	170.725	18	317.274
Infraestrutura	2.516.867	(267.887)	(1.660)	189.706	(14.803)	2.422.223
Bens de informática	105.047	(34.557)	(10)	25.518	-	95.998
Bens de uso geral	258.948	(37.439)	(199)	26.363	1.496	249.169
Direito de uso em arrendamentos	6.880.134	78.691	(577.642)	-	2.656.100	9.037.283
Terrenos	39.802	-	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	2.534.851	(535)	(2.818.097)	-	564.314

Notas Explicativas

	Controladora					Saldo em set/22
	Saldo em dez/21	Adições	Baixas	Transferências	Ativos mantidos para venda	
Total do Custo do Imobilizado Bruto	49.159.678	4.235.232	(214.112)	-	-	53.180.798
Equipamentos de comutação / transmissão	25.854.454	(968)	(101.150)	2.264.432	-	28.016.768
Cabos de fibra ótica	778.512	-	-	4.266	-	782.778
Aparelhos em comodato	2.806.454	648	(16.572)	124.638	-	2.915.168
Infraestrutura	6.443.285	-	(9.467)	411.372	-	6.845.190
Bens de informática	1.756.340	-	(4.150)	24.240	-	1.776.430
Bens de uso geral	916.845	-	(917)	27.355	-	943.283
Direito de uso em arrendamentos	9.779.327	1.460.872	(81.027)	-	-	11.159.172
Terrenos	40.794	-	(640)	-	-	40.154
Obras em andamento	783.667	2.774.680	(189)	(2.856.303)	-	701.855
Total Depreciação Acumulada	(30.851.278)	(3.062.160)	160.789	-	-	(33.752.649)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.187.994)	(1.517.618)	100.675	-	-	(19.604.937)
Cabos de fibra ótica	(522.205)	(46.244)	-	-	-	(568.449)
Aparelhos em comodato	(2.534.691)	(115.123)	11.647	-	-	(2.638.167)
Infraestrutura	(4.043.155)	(284.268)	9.144	-	-	(4.318.279)
Bens de informática	(1.629.730)	(39.498)	4.134	-	-	(1.665.094)
Bens de uso geral	(649.229)	(37.226)	495	-	-	(685.960)
Direito de uso em arrendamentos	(3.284.274)	(1.022.183)	34.694	-	-	(4.271.763)
Total Imobilizado líquido	18.308.400	1.173.072	(53.323)	-	-	19.428.149
Equipamentos de comutação / transmissão	7.666.460	(1.518.586)	(475)	2.264.432	-	8.411.831
Cabos de fibra ótica	256.307	(46.244)	-	4.266	-	214.329
Aparelhos em comodato	271.763	(114.475)	(4.925)	124.638	-	277.001
Infraestrutura	2.400.130	(284.268)	(323)	411.372	-	2.526.911
Bens de informática	126.610	(39.498)	(16)	24.240	-	111.336
Bens de uso geral	267.616	(37.226)	(422)	27.355	-	257.323
Direito de uso em arrendamentos	6.495.053	438.689	(46.333)	-	-	6.887.409
Terrenos	40.794	-	(640)	-	-	40.154
Obras em andamento	783.667	2.774.680	(189)	(2.856.303)	-	701.855

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Notas Explicativas

	Consolidado					Saldo em set/22
	Saldo em dez/21	Adições/depreciação	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2.1) (i)	
Total do Custo do Imobilizado Bruto	49.159.678	4.236.852	(214.117)	-	11.270.637	64.453.050
Equipamentos de comutação / transmissão	25.854.454	(968)	(101.150)	2.287.906	7.060.921	35.101.163
Cabos de fibra ótica	778.512	-	-	4.266	756	783.534
Aparelhos em comodato	2.806.454	648	(16.572)	124.638	-	2.915.168
Infraestrutura	6.443.285	-	(9.467)	418.200	701.025	7.553.043
Bens de informática	1.756.340	-	(4.150)	24.240	336.123	2.112.553
Bens de uso geral	916.845	-	(918)	27.393	212.023	1.155.343
Direito de uso em arrendamentos	9.779.327	1.462.492	(81.027)	-	2.929.449	14.090.241
Terrenos	40.794	-	(640)	-	-	40.154
Obras em andamento	783.667	2.774.680	(193)	(2.886.643)	30.340	701.851
Total Depreciação Acumulada	(30.851.278)	(3.663.068)	160.789	-	(6.997.736)	(41.351.293)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.187.994)	(1.665.426)	100.675	-	(5.915.990)	(25.668.735)
Cabos de fibra ótica	(522.205)	(46.244)	-	-	(25)	(568.474)
Aparelhos em comodato	(2.534.691)	(115.208)	11.647	-	-	(2.638.252)
Infraestrutura	(4.043.155)	(299.261)	9.144	-	(562.370)	(4.895.642)
Bens de informática	(1.629.730)	(37.235)	4.134	-	(337.265)	(2.000.096)
Bens de uso geral	(649.229)	(41.658)	495	-	(182.086)	(872.478)
Direito de uso em arrendamentos	(3.284.274)	(1.458.036)	34.694	-	-	(4.707.616)
Total Imobilizado Líquido	18.308.400	573.784	(53.328)	-	4.272.901	23.101.757
Equipamentos de comutação / transmissão	7.666.460	(1.666.394)	(475)	2.287.906	1.144.931	9.432.428
Cabos de fibra ótica	256.307	(46.244)	-	4.266	731	215.060
Aparelhos em comodato	271.763	(114.560)	(4.925)	124.638	-	276.916
Infraestrutura	2.400.130	(299.261)	(323)	418.200	138.655	2.657.401
Bens de informática	126.610	(37.235)	(16)	24.240	(1.142)	112.457
Bens de uso geral	267.616	(41.658)	(423)	27.393	29.937	282.865
Direito de uso em arrendamentos	6.495.053	4.456	(46.333)	-	2.929.449	9.382.625
Terrenos	40.794	-	(640)	-	-	40.154
Obras em andamento	783.667	2.774.680	(193)	(2.886.643)	30.340	701.851

Notas Explicativas

(i) Em setembro/22 o processo de alocação relacionado a combinação de negócios (“PPA” – *purchase price allocation*) estava em andamento, apenas tendo os valores definitivos descritos na nota 1.2 em dezembro/22. Em setembro/22 a Companhia havia contabilizado ativo tangível líquido de R\$4.272.901, no entanto, ao final da avaliação do PPA em dezembro/22, o saldo do ativo tangível líquido na data de aquisição foi definido em R\$3.518.477.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.637.960	639.210	1.596.882	1.006.082	6.880.134
Adições por incorporação	1.478.836	-	1.177.264	-	2.656.100
Adições	863.253	223.117	340.051	190.141	1.616.562
Remensuração	(330.923)	(34.553)	(212.166)	-	(577.642)
Depreciação	(725.278)	(102.361)	(342.175)	(368.057)	(1.537.871)
Saldos em 30 de setembro de 2023	4.923.848	725.413	2.559.856	828.166	9.037.283
Taxas de depreciação anual	12,25%	11,68%	12,58%	8,17%	

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Adições	971.286	178.350	257.255	53.981	1.460.872
Remensuração	(19.018)	(12.251)	(10.300)	(4.764)	(46.333)
Depreciação	(396.869)	(97.071)	(169.830)	(358.413)	(1.022.183)
Saldos em 30 de setembro de 2022	3.603.908	610.340	1.581.358	1.091.803	6.887.409
Vida útil - %	11,47%	10,44%	11,44%	7,18%	

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Saldo de abertura	2.143.142	-	786.307	-	2.929.449
Adições	972.905	178.350	257.255	53.982	1.462.492
Remensuração	(19.018)	(12.251)	(10.300)	(4.764)	(46.333)
Depreciação	(743.788)	(97.071)	(258.764)	(358.413)	(1.458.036)
Saldos em 30 de setembro de 2022	5.401.750	610.340	2.278.731	1.091.804	9.382.625
Taxas de depreciação anual	12,08%	10,44%	12,06%	7,18%	

- Taxas de depreciação**

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2022, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. Essa capitalização ocorreu o ativo ser considerado disponível para uso pela Administração. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Notas Explicativas

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

	Controladora						
	Saldo em dez/2022	Adições/ Amortização	Adição por incorporação	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em set/2023
Total Custo do Intangível Bruto	38.732.905	703.496	6.446.789	(489)	-	95.678	45.978.379
Direito de uso de softwares	20.876.377	-	1.366.860	(185)	692.564	-	22.935.616
Autorizações	11.250.610	8.843	4.598.839	-	2.895.712	-	18.754.004
Ágio	3.112.169	-	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	201.778	-	-	-	5.811	-	207.589
Lista de clientes	-	-	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	339.417	-	227.461	(304)	6.786	-	573.360
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	694.653	-	-	(3.600.873)	95.678	142.012
Total Amortização Acumulada	(25.730.124)	(1.373.330)	(3.102.345)	367	-	-	(30.205.432)
Direito de uso de softwares	(18.454.058)	(736.418)	(1.355.500)	185	-	-	(20.545.791)
Autorizações	(6.984.930)	(584.917)	(1.586.245)	-	-	-	(9.156.092)
Direito de uso de infraestrutura - LT	(86.488)	(7.987)	-	-	-	-	(94.475)
Lista de clientes	-	(16.554)	(30.312)	-	-	-	(46.866)
Outros ativos	(204.648)	(27.454)	(130.288)	182	-	-	(362.208)
Total Intangível Líquido	13.002.781	(669.834)	3.344.444	(122)	-	95.678	15.772.947
Direito de uso de softwares (c)	2.422.319	(736.418)	11.360	-	692.564	-	2.389.825
Autorizações (f)	4.265.680	(576.074)	3.012.594	-	2.895.712	-	9.597.912
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT	115.290	(7.987)	-	-	5.811	-	113.114
Lista de clientes	-	(16.554)	223.317	-	-	-	206.763
Outros ativos	134.769	(27.454)	97.173	(122)	6.786	-	211.152
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	694.653	-	-	(3.600.873)	95.678	142.012

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em dez/21	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em set/22
Total Custo do Intangível Bruto	34.630.541	3.252.630	(3.200)	-	37.879.971
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	701.387	20.612.391
Autorizações	11.151.497	30.699	(3.200)	17.123	11.196.119
Ágio	475.743	2.195.091	-	-	2.670.834
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	5.001	338.117
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.026.840	-	(739.068)	2.860.732
Total Amortização Acumulada	(24.045.462)	(1.267.843)	3.200	-	(25.310.105)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(770.747)	-	-	(18.202.765)
Autorizações	(6.357.666)	(470.807)	3.200	-	(6.825.273)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(76.697)	(7.204)	-	-	(83.901)
Outros ativos	(179.081)	(19.085)	-	-	(198.166)
Total Intangível Líquido	10.585.079	1.984.787	-	-	12.569.866
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(770.747)	-	701.387	2.409.626
Autorizações (f)	4.793.831	(440.108)	-	17.123	4.370.846
Ágio (d)	475.743	2.195.091	-	-	2.670.834
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.524	(7.204)	-	15.557	117.877
Outros ativos	154.035	(19.085)	-	5.001	139.951
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.026.840	-	(739.068)	2.860.732

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. De dezembro de 2021 até abril de 2023 inclui os valores de aquisição da Licença 5G, os quais foram transferidos para bens em serviço ("Autorizações") em abril/23, conforme nota 16.f.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em dez/21	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2.1)	Saldo em set/22
Total Custo do Intangível Bruto	34.630.541	3.252.632	(3.200)	-	7.271.148	45.151.121
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	701.387	1.366.860	21.979.251
Autorizações	11.151.497	30.699	(3.200)	17.123	4.596.210	15.792.329
Ágio	475.743	2.195.091	-	-	-	2.670.834
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	5.001	1.308.078	1.646.195
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.026.842	-	(739.068)	-	2.860.734
Total Amortização Acumulada	(24.045.462)	(1.378.406)	3.200	-	(3.780.967)	(29.201.635)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(775.944)	-	-	(1.347.360)	(19.555.322)
Autorizações	(6.357.666)	(562.803)	3.200	-	(1.381.802)	(8.299.071)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(76.697)	(7.204)	-	-	-	(83.901)
Outros ativos	(179.081)	(32.455)	-	-	(1.051.805)	(1.263.341)
Total Intangível Líquido	10.585.079	1.874.226	-	-	3.490.181	15.949.485
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(775.944)	-	701.387	19.500	2.423.929
Autorizações (f)	4.793.831	(532.104)	-	17.123	3.214.408	7.493.257
Ágio (d)	475.743	2.195.091	-	-	-	2.670.834
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.524	(7.204)	-	15.557	-	117.877
Outros ativos	154.035	(32.455)	-	5.001	256.273	382.854
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.026.842	-	(739.068)	-	2.860.734

Em setembro/22 o processo de alocação relacionado a combinação de negócios ("PPA" – *purchase price allocation*) estava em andamento, apenas tendo os valores definitivos descritos na nota 1.2 em dezembro/22. Em setembro/22 a Companhia havia contabilizado ativo intangível líquido de R\$ 3.490.181, no entanto, ao final da avaliação do PPA em dezembro/22, o saldo do ativo intangível líquido na data de aquisição foi definido em R\$3.599.811.

Notas Explicativas

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Ágio na aquisição da Cozani

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio alocado de R\$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Na nota 2.e, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. No caso do grupo TIM o ágio foi alocado a unidade geradora de caixa móvel, sendo esta a única identificada até o momento.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Notas Explicativas

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171, sendo este o saldo registrado em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A., porém com a aquisição da Cozani em 2022 esta passou a gerar resultados no consolidado TIM S.A. a partir de 30 de abril de 2022. A Companhia entende que os resultados consolidados da TIM S.A. representam uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2022, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 2022, a mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento e não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (“5G”).

Notas Explicativas

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$259 milhões em 2022) incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade (R\$99 milhões em 2022). Estes saldos foram registrados em bens em andamento até que o ativo estivesse disponível para o uso pretendido pela Administração. No segundo trimestre de 2023, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações em serviço.

Desta forma, o efeito total no ativo intangível da Companhia em 30 de setembro de 2023 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$3.930 milhões (R\$3.866 milhões em 2022), sendo que não há mais saldos de bens em andamento referente às licenças 5G em 30 de setembro de 2023 (R\$2.753 milhões em 2022) e R\$3.930 milhões em Autorizações (R\$1.113 milhões em 2022).

Notas Explicativas

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
LT Amazonas	180.005	179.305	179.305
<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16	59.680	59.341	59.341
	239.685	238.646	238.646
Parcela circulante	(29.663)	(30.643)	(30.643)
Parcela não circulante	210.022	208.003	208.003

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	Até setembro de 2024	Outubro de 2024 a setembro de 2029	Outubro de 2029 em diante	Valores nominais	Valor presente
	56.214	201.508	121.545	379.267	239.685
LT Amazonas (i)	30.669	155.509	121.126	307.304	180.005
<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16	25.545	45.999	419	71.963	59.680

Notas Explicativas

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

Passivo

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
LT Amazonas (i)	331.272	327.505	327.505
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.696.921	1.730.214	1.730.214
Outros (iv)	151.395	158.314	158.314
Subtotal	2.179.588	2.216.033	2.216.033
Outros arrendamentos (iii):			
Arrendamentos - Infraestrutura de Rede	5.717.363	4.084.433	6.123.914
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	848.562	746.028	746.028
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.961.082	1.820.804	2.664.315
Arrendamentos - Fibra	899.165	1.081.575	1.081.575
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	10.426.172	7.732.840	10.615.832
Total	12.605.760	9.948.873	12.831.865
Parcela circulante	(1.912.039)	(1.353.869)	(2.257.211)
Parcela não circulante	10.693.721	8.595.004	10.574.654

O montante de juros pagos no período findo em 30 de setembro de 2023 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 843.404 (R\$ 1.001.311 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o CPC 15 (R1), em uma combinação de negócios, o passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente do saldo de arrendamento remanescente como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. O impacto na rubrica de passivo de arrendamento na data de aquisição (20 de abril de 2022) foi de R\$2.929.449 (Nota 1.2.1).

Em 2023, foi pago o montante de R\$ 155 milhões, referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites adquiridos da Cozani (incorporada em 1 de abril de 2023).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Controladora				
	Até setembro de 2024	Outubro de 2024 a setembro de 2029	Outubro de 2029 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	3.017.063	8.859.685	9.018.491	20.895.239	12.605.760
LT Amazonas (i)	69.457	295.376	230.233	595.066	331.272
Venda e retroarrendamento ("sale and leaseback") das Torres (ii)	379.282	1.451.710	1.622.794	3.453.786	1.696.921
Outros (iii)	38.997	145.602	11.579	196.178	151.395
Total Outros arrendamentos (iv)	2.529.327	6.966.997	7.153.885	16.650.209	10.426.172
Arrendamentos - Infraestrutura de rede	1.259.331	4.037.680	4.082.157	9.379.168	5.717.363
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	207.311	582.634	593.404	1.383.349	848.562
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	564.894	1.845.060	2.477.440	4.887.394	2.961.082
Arrendamentos - Fibra	497.791	501.623	884	1.000.298	899.165

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (Master Lease Agreement - "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Notas Explicativas

(iv) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro de 2023 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 14,00% (13,24% em 2022).

Os contratos de arrendamento dentro do escopo da norma IFRS16/CPC 06 (R2) adquiridos através da aquisição da Cozani foram remensurados na data de aquisição para refletir a expectativa da Companhia do prazo de arrendamento e taxa média incremental dos empréstimos. O valor registrado na data de aquisição foi R\$2.929.449.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 24.350 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 40.723 em 31 de dezembro de 2022).

18. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Em 30 de setembro de 2023, esse crédito é de R\$ 81.697 (R\$ 26.519 em 31 de dezembro de 2022).

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Fornecedores	3.853.828	4.385.356	4.237.229
Moeda nacional	3.438.009	4.089.977	3.940.624
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.342.302	4.003.003	3.842.435
Interconexão (ii)	64.430	64.228	67.724
Roaming (iii)	69	603	1.857
Co-billing (iv)	31.208	22.143	28.608
Moeda estrangeira	415.819	295.379	296.605
Fornecedores de materiais e serviços (i)	182.101	161.042	161.042
Roaming (iii)	233.718	134.337	135.563
Parcela Circulante	3.853.828	4.385.356	4.237.229

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

Notas Explicativas

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia, firmou contratos com bancos para auxiliar seus fornecedores que solicitassem operações de risco sacado. Nessas operações, os fornecedores transferem seus direitos creditórios contra a Companhia aos bancos, sem direito de regresso, no intuito de recebê-los antecipadamente, mediante aplicação de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores no valor e prazo originais dos direitos creditórios cedidos, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. Os títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possui aproximadamente R\$ 169 milhões (R\$ 260 milhões em 31 de dezembro de 2022) relacionados a operação de risco sacado.

20. Autorizações a pagar

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	09/2023	Controladora 12/2022	Consolidado 12/2022
Renovação de autorizações (i)	185.476	216.627	231.801
Dívida ANATEL atualizada (ii)	225.591	186.307	186.307
Autorizações a pagar (iii)	1.225.823	1.255.282	1.255.282
	1.636.890	1.658.216	1.673.390
Parcela circulante	(518.654)	(507.685)	(507.685)
Parcela não circulante	1.118.236	1.150.531	1.165.705

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de setembro de 2023, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$185.476 (R\$216.627 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado representava R\$231.801 em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo GP-DI, totalizando R\$ 184 milhões (186 milhões em 31 de dezembro de 2022), o qual ainda está pendente de julgamento.

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

- (iii) Conforme descrito na nota 16.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros atrelados à taxa Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos (1ª parcela paga em dezembro/21 e 2ª parcela paga em dezembro/22 nos montantes de R\$46.274 e R\$52.005, respectivamente). Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão até 2024. Os aportes à EAF foram efetuados em sua totalidade em 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$ 1.133 milhões em maio). O primeiro aporte à EACE ocorreu em abril de 2022, no valor de R\$ 137 milhões; o segundo aporte ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 134 milhões e o terceiro aporte ocorreu em abril de 2023, no valor de R\$ 134 milhões (os três aportes totalizam R\$ 405 milhões).

Em 30 de setembro de 2023, o saldo em aberto, considerando os valores relativos às radiofrequências e aos aportes a serem realizados na entidade EACE, é de R\$ 1.225.823 milhões (R\$1.255 milhões em 31 de dezembro de 2022).

As autorizações a pagar em 30 de setembro de 2023 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora
	09/2023
2024	249.418
2025	57.479
2026	57.479
2027	57.479
2028	57.479
2029	57.479
2030	57.479
2031 em diante	523.944
	1.118.236

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de setembro de 2023, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Data de Expiração									
Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024 AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/2028	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Notas Explicativas

1800MHz – Dezembro 2032									
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Dezembro, 2023	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro , 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Termos já renovados por 15 anos.
Somente áreas complementares nos Estados específicos.

Considerando a Incorporação e a consequente extinção da Cozani, as autorizações detidas em caráter primário pela Cozani que agora compõem o rol de radiofrequências detidas pela TIM, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração				
	<u>900 MHz</u>	<u>1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1.900 MHz e 2.100 MHz</u>	<u>2.500 MHz Banda V2</u>
SP (exceto AR 11)	-	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
SP (AR 11)		Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
Paraná e Santa Catarina	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027
Rio Grande do Sul	Dezembro, 2032	-	Dezembro/2032	-	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (Setor 22) e Goiás (Setor 25)	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (exceto Setor 22) e Goiás (exceto Setor 25)	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	Março, 2031	Março, 2031	-	-	Outubro, 2027
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	-	-	-	Outubro, 2027
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo	-	Março, 2031	-	-	Outubro, 2027
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais	-	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027

Termos já renovados por 15 anos.

Notas Explicativas

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	Controladora		Consolidado
				09/2023	12/2022	12/2022
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	126.648	173.381	173.381
Scotia ¹ (ii)	USD	1,2410% a 3,2300% a.a.	Dez/23 a Abr/24	1.515.537	1.568.683	1.568.683
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	506.007	515.265	515.265
Debêntures ² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.863.091	1.771.797	1.771.797
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	391.918	394.139	394.139
BNB ³ (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945%	Fev/28	218.477	249.400	249.400
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	215.389	297.160	297.160
Total				4.837.067	4.969.825	4.969.825
Circulante				(2.278.083)	(1.264.967)	(1.264.967)
Não circulante				2.558.984	3.704.858	3.704.858

¹ As taxas das dívidas ativas em 31/12/22 com o banco Scotia estão entre 1,4748% e 3,2300% a.a.

² É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

³ As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

⁴ A dívida junto ao KFW Finninvera teve seu indexador aditado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º fixing válido a partir de janeiro/2024.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 30 de setembro de 2023
BNB (i)	IPCA	Jan/20	Dez/23	752.479	503.351	249.128
Total R\$:				752.479	503.351	249.128

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2023 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2024	69.163
2025	201.646
2026	721.496
2027	721.496
2028	682.683
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.072
	<u>2.558.984</u>

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2023	1.088.163
2024	1.259.083
2025	201.646
2026	721.496
2027	721.496
2028	682.683
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.072
	<u>4.837.067</u>

Notas Explicativas

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de setembro de 2023 é, respectivamente, R\$ 1.497.688, R\$ 520.367, R\$ 1.800.113, R\$ 372.491 e R\$ 204.824.

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	09/2023	Controladora 12/2022	Consolidado 12/2022
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.780.833	2.140.218	2.291.267
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	202.476	212.043	222.120
Impostos e Taxas ANATEL (i)	2.372.329	1.698.025	1.798.967
Imposto sobre Serviço - ISS	67.330	65.881	65.664
PIS / COFINS	49.958	62.324	102.157
Outros (ii)	88.740	101.945	102.359
Parcela circulante	(2.769.485)	(2.126.678)	(2.277.727)
Parcela não circulante	11.348	13.540	13.540

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R\$ 790 milhões.

Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$ 300 milhões referentes a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), no valor de R\$ 490 milhões, que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021 e 2022, houve pagamento parcial referentes a CFRP e Condecine no montante de R\$ 300 milhões por ano e os pagamentos de TFF seguem suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região. Os valores suspensos são: R\$ 480 milhões em 2021 e R\$ 482 milhões e R\$ 104 milhões em 2022, referentes a TIM S.A e Cozani, respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2022, houve o reconhecimento de R\$215,6 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020, 2021 e 2022 com pagamento suspenso por decisão liminar, sendo R\$52,6 milhões registrados em 2021 e R\$163 milhões em 2022.

Notas Explicativas

Em 2023 o montante referente ao valor principal de TFF é de R\$ 398 milhões e houve o reconhecimento de R\$ 178 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fisel (TFF) dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, atualizados até 30 de setembro de 2023.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	09/2023	Controladora 12/2022	Consolidado 12/2022
Receitas diferidas	890.351	889.441	932.029
Serviços a prestar pré-pago (i)	186.649	151.355	193.944
Subvenções governamentais (ii)	-	860	860
Receitas antecipadas	40.245	43.561	43.561
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	640.159	680.731	680.731
Passivo contratual (iv)	23.298	12.934	12.933
Parcela circulante	(263.724)	(222.829)	(265.417)
Parcela não circulante	626.627	666.612	666.612

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de setembro de 2023 é de R\$ 203 milhões. A Companhia não possui saldo em aberto em 30 de setembro de 2023 (R\$860 em 31 de dezembro de 2022). Este montante foi amortizado pelo prazo de vida útil do ativo financiado e foi apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 30).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	09/2023	12/2022
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.345.113	2.182.403
Ativo contratual	15.579	19.828
Passivo contratual	(23.298)	(12.934)

Notas Explicativas

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2023	6.894
Adições	114
Baixas	(14.727)
Saldo em 30 de setembro de 2023	(7.719)

Os saldos de ativos e passivos contratuais, que representam os saldos individuais e consolidados, tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2023	2024	2025
Ativo (passivo) contratual	601	(2.721)	(5.599)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Notas Explicativas

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

		Controladora	Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.343.521	1.112.153	1.112.156
Cível (a)	499.370	392.972	392.976
Trabalhistas (b)	212.014	214.450	214.450
Tributária (c)	599.531	473.391	473.390
Regulatória (d)	32.606	31.340	31.340

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	dez-22	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	set-23
	1.112.156	258.903	(274.238)	246.700	1.343.521
Cível (a)	392.976	127.619	(165.601)	144.376	499.370
Trabalhistas (b)	214.450	64.627	(98.348)	31.285	212.014
Tributária (c)	473.390	62.929	(6.400)	69.612	599.531
Regulatória (d)	31.340	3.728	(3.889)	1.427	32.606

	dez-21	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	set-22
	960.881	184.092	(193.777)	111.633	1.062.829
Cível (a)	309.019	99.138	(107.896)	72.213	372.474
Trabalhistas (b)	192.132	58.705	(63.346)	20.610	208.101
Tributária (c)	429.951	25.359	(19.616)	15.641	451.335
Regulatória (d)	29.779	890	(2.919)	3.169	30.919

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

Notas Explicativas

a. Processos cíveis

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 181.516 (R\$ 179.132 em 31 de dezembro de 2022) Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$ 260.568 (R\$168.987 em 31 de dezembro 2022).

Na Ação Civil Pública nº 0019710-80.2013.8.07.0001, movida pelo Ministério Público do Distrito Federal em face da TIM, onde é discutida a suposta derrubada proposital de ligações dos clientes do plano Infinity, foi realizado um aumento na provisão, de R\$10 milhões para R\$50 milhões (R\$ 148,5 milhões atualizados) considerando a decisão proferida 15/03/2023 pelo STJ, onde foi negado provimento ao Agravo Interno interposto pela TIM nos Embargos de Divergência opostos no Recurso Especial nº 1832217/DF.

a.3 *Ex-parceiros comerciais*

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 44.359 (R\$ 27.740 em 31 de dezembro de 2022).

a.4 *Outros*

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 10.868 (R\$14.642 em 31 de dezembro de 2022).

a.5 *Socioambiental e infraestrutura*

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 2.059 (R\$2.471 em 31 de dezembro de 2022).

a.6 *ANATEL*

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs). Não existe valor provisionado correspondente a estas ações em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

b. Processos trabalhistas e previdenciários

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Em relação a demandas previdenciárias os valores referem-se à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias em determinados pagamentos dos empregados da empresa.

Do total de 1.843 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2023 (1.628 em 31 de dezembro de 2022) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios e previdenciários. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 212.014 atualizado monetariamente (R\$ 214.450 em 31 de dezembro de 2022).

c. Processos tributários

	09/2023	12/2022
Tributos Federais	267.493	260.206
Tributos Estaduais	248.899	130.816
Tributos Municipais	9.320	8.550
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	73.819	73.819
	<u>599.531</u>	<u>473.391</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta cem processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.465 (R\$ 4.303 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 44.290 (R\$ 42.171 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

- (iii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 16.995 (R\$ 16.169 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 67.221 (R\$ 64.140 em 31 de dezembro de 2022).

- (iv) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 64.749 (R\$ 67.815 em 31 de dezembro de 2022).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e dezenove processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 37.339 (R\$ 24.811 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 9.434 (R\$ 6.757 em 31 de dezembro de 2022);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 18.487 (R\$ 17.471 em 31 de dezembro de 2022);
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 17.972 (R\$ 11.943 em 31 de dezembro de 2022);
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 11.072 (R\$ 10.392 em 31 de dezembro de 2022).
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 14.854 (R\$ 16.220 em 31 de dezembro de 2022).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 38.589 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2022).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Notas Explicativas

Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 73.819 (R\$73.819 em 31 de dezembro de 2022).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2023, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 32.606 (R\$ 31.340 em 31 de dezembro de 2022).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	09/2023	12/2022
	21.133.146	20.123.806
Cível (e.1)	1.556.986	1.418.874
Trabalhista e previdenciária (e.2)	416.296	360.942
Tributária (e.3)	18.961.170	18.171.345
Regulatória (e.4)	198.694	172.645

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	09/2023	12/2022
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	155.388	141.858
ANATEL (e.1.2)	316.288	293.203
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	485.001	455.481
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	257.332	230.360
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	112.686	116.613
Outros (e.1.6)	230.291	181.359
	1.556.986	1.418.874

Notas Explicativas

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outras matérias: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs).

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

Notas Explicativas

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias em determinados pagamentos dos empregados da empresa, nas competências dos anos de 2005 a 2011, no valor total atualizado de R\$ 110.615 (R\$ 80.456 em 31 de dezembro de 2022).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.219 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2023 (3.384 em 31 de dezembro de 2022) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 305.681 (R\$ 289.354 em 31 de dezembro de 2022).

e.3. Tributárias

	09/2023	12/2022
	18.961.170	18.171.345
Tributos Federais (e.3.1)	3.191.426	3.275.840
Tributos Estaduais (e.3.2)	10.198.746	9.640.939
Tributos Municipais (e.3.3)	1.691.937	1.587.910
FUST, FUNTEL e EBC (e.3.4)	3.879.061	3.666.656

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base na taxa SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 13.094.066 (R\$13.014.078 em 31 de dezembro de 2022).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.191.426 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 3.275.840 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.728.258 (R\$ 1.579.257 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 306.175 (R\$ 265.163 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$76.695 (R\$ 73.307 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 312.498 (R\$ 292.662 em 31 de dezembro de 2022).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 312.536 (R\$ 437.419 em 31 de dezembro de 2022).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 10.198.746 (R\$ 9.640.939 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.315.659 (R\$ 1.236.502 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 426.083 (R\$ 394.834 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 775.128 (R\$ 694.479 em 31 de dezembro de 2022).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 30 de setembro de 2023, o montante envolvido é de R\$4.150.786 (R\$ 3.835.583 em 31 de dezembro de 2022).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 132.324 (R\$ 154.673 em 31 de dezembro de 2022).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 962.225 (R\$900.731 em 31 de dezembro de 2022).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 714.119 (R\$ 625.202 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 145.675 (R\$ 136.243 em 31 de dezembro de 2022).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 335.223 (R\$ 330.805 em 31 de dezembro de 2022).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.691.937 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 1.587.910 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.399.450 (R\$1.281.547 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 91.653 (R\$ 86.520 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 139.381 (R\$ 149.764 em 31 de dezembro de 2022).

e.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 3.879.061 (R\$ 3.666.656 em 31 de dezembro de 2022). A principal discussão, cujo valor histórico é de R\$ 2.209.383 (R\$ 2.208.814 em 31 de dezembro de 2022), envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2023, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 198.694 (R\$ 172.645 em 31 de dezembro de 2022).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

Notas Explicativas

O Termo prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos - sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Com o fechamento do 1º Ano do TAC, os seguintes compromissos receberam atesto por parte da Agência: Reparação, Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD (fase 1) e Notificações; Numeração; Interconexão; IR; IGQ; Óbice; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Licenciamento Backlog; Compromisso de Abrangência; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; e Compromissos Adicionais.

Em junho de 2022, a TIM concluiu o 2º ano do TAC, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. Os seguintes compromissos receberam atesto pela Anatel: Numeração; Óbice; Controles internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; Adicionais; e Portal Colaborativo.

Em outubro de 2022, a TIM e Anatel assinaram o Termo Aditivo de repactuação do compromisso relativo aos Indicadores de Qualidade. Dessa forma, o Índice de Qualidade Percebida (IQP) passou a ser adotado em substituição ao Índice Geral de Qualidade (IGQ), para os Anos 3 e 4 do TAC.

A TIM concluiu o 3º ano do TAC em junho de 2023, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. No que se refere aos Compromissos Adicionais, conforme acima mencionado a Anatel já emitiu atesto de cumprimento da obrigação relativa ao 3º ano do TAC, garantindo assim o atesto geral de atendimento da obrigação de implantação de SMP com tecnologia 4G ou superior em 350 (trezentos e cinquenta) municípios nos termos pactuados no TAC. Relativamente aos demais Compromissos no tocante ao Ano 3, aguarda-se o Despacho de atesto.

Em julho de 2023, a TIM iniciou o 4º e último ano do Termo de Ajustamento de Conduta. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração.

A Companhia vem cumprindo o cronograma de implementação do TAC e vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência indica indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

Notas Explicativas

25. Outros passivos

	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Outros passivos	457.746	192.884	732.367
Provisão para futura desmobilização de ativos	187.462	23.659	289.606
Adiantamento de clientes	13.077	12.887	15.068
Contrato oneroso de capacidade (i)	136.271	-	178.532
Outras provisões de risco	74.170	-	83.923
Outros (ii)	46.766	156.338	165.238
Parcela circulante	(136.027)	(21.327)	(132.954)
Parcela não circulante	321.719	171.557	599.413

(i) Como parte da aquisição da Cozani, foi identificado um contrato de capacidade transferido na transação, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. O montante registrado se refere a parte de capacidade que não será utilizada para a vigência contratual remanescente.

(ii) Em 23 de junho de 2022, foi editada a Lei Complementar 194 que, em síntese, alterou a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo e, como consequência, apontou a redução do ICMS sobre as receitas auferidas pelas empresas de tais setores.

A Companhia, proativamente, ao longo de 2023, realizou o repasse de seus efeitos a seus clientes, em variância conforme a natureza de seus planos e realizou os valores em aberto de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 117 milhões.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2023, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Notas Explicativas

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	09/2023	12/2022
	378.203	408.602
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	24.599	54.998

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 27).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo, a partir de 2018, o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Notas Explicativas

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de setembro de 2023, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.124.411 (R\$2.124.411 em 31 de dezembro de 2022).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	12/2022
Lucro líquido do exercício	1.670.755
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(166.110)
(-) Constituição da reserva legal	(75.233)
Lucro líquido ajustado	1.429.412
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	357.353
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	1.400.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.400.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(196.970)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.203.030

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Notas Explicativas

Durante o ano de 2022, foram distribuídos os montantes de R\$1.400.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$600.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral em 30 de março de 2023, totalizando R\$ 2.000.000. Durante o ano de 2023, foram distribuídos os montantes de R\$945.000 de juros sobre capital próprio. Os valores destinados em 2022 e 2023, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
22/03/2022	27/04/2022	195.000
15/06/2022	20/07/2022	270.000
12/09/2022	31/10/2022	235.000
12/09/2022	24/01/2023	245.000
12/12/2022	24/01/2023	455.000
30/03/2023	18/04/2023	600.000
		<u>2.000.000</u>
19/04/2023	09/05/2023	230.000
12/06/2023	12/07/2023	290.000
18/09/2023	23/10/2023	425.000
		<u>945.000</u>

O saldo em 30 de setembro de 2023 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$453.748 (R\$661.494 em 31 de dezembro 2022) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$90.454 (R\$61.494 em 31 de dezembro 2022) além do montante de R\$ 425.000 (R\$ 363.294, líquidos) que serão pagos até 23 de outubro de 2023 (R\$600.000, distribuídos em 2023, com aprovação em Assembleia Geral Ordinária em 30 de março de 2023).

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Notas Explicativas

27. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

Os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (*Performance Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do período	Outorgadas durante o período	Transferidas durante o período			Pagas em Dinheiro			Canceladas durante o período	Saldo no final do período
						Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	-	1.560.993	-	-	-	-	-	-	-	1.560.993
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	1.183.147	-	(264.305)	(110.928)	(17.227)	-	-	-	(147.540)	771.302
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	2.024.153	220.743	(957.545)	(160.259)	(89.699)	(89.403)	(12.268)	(8.159)	(376.006)	821.942
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R\$ 14,40	260.840	-	(230.188)	(25.174)	(29.560)	(30.471)	(3.330)	(3.913)	(181)	-
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R\$ 11,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018	849.932	abr/21	R\$ 14,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.796.963			3.468.140	1.781.736	(1.452.038)	(296.361)	(136.486)	(119.874)	(15.598)	(12.072)	(523.727)	3.154.237
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 12,85										

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

Notas Explicativas

- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2018 a 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de junho de 2019 a 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2020.
- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.

Em 30 de setembro de 2023, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 26.315 (R\$ 38.306 em 30 de setembro de 2022).

Encerramento de Programa de Recompra de Ações e Aprovação de um Novo Programa

Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração, tomou conhecimento sobre o encerramento do Programa de Recompra de Ações aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 05 de maio de 2021 e aprovou um novo programa de recompra de ações de sua própria emissão. O novo programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 12 de dezembro de 2024, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

28. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Notas Explicativas

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 122.137 (R\$ 107.282 em 30 de setembro de 2022).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC” e “Procedimento Arbitral”, respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, “Requeridos”), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Notas Explicativas

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Receita Operacional Líquida	17.567.847	14.756.120	17.558.734	15.706.436
Receita operacional bruta	24.648.229	20.524.431	24.686.630	21.679.014
Receita de serviços	23.570.996	19.638.138	23.609.397	20.792.721
Receita de serviços - Móvel	22.118.912	18.226.532	22.157.313	19.381.139
Receita de serviços - Fixa	1.452.084	1.411.606	1.452.084	1.411.582
Venda de mercadorias	1.077.233	886.293	1.077.233	886.293
Deduções da receita bruta	(7.080.382)	(5.768.311)	(7.127.896)	(5.972.578)
Impostos incidentes	(2.697.643)	(3.303.858)	(2.744.553)	(3.501.162)
Descontos concedidos	(4.377.230)	(2.457.884)	(4.377.834)	(2.464.847)
Devoluções e outros	(5.509)	(6.569)	(5.509)	(6.569)

29. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	09/2023		09/2022					
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(8.826.109)	(4.176.711)	(1.308.030)	(14.310.850)	(6.959.884)	(3.848.427)	(1.357.739)	(12.166.050)
Pessoal	(46.259)	(631.998)	(342.468)	(1.020.725)	(38.394)	(553.159)	(330.283)	(921.836)
Serviços de terceiros	(516.622)	(1.610.098)	(603.617)	(2.730.337)	(460.965)	(1.514.369)	(613.124)	(2.588.458)
Interconexão e meios de conexão	(2.535.763)	-	-	(2.535.763)	(1.775.583)	-	-	(1.775.583)
Depreciação e amortização	(4.591.087)	(252.513)	(303.838)	(5.147.438)	(3.687.067)	(217.395)	(352.991)	(4.257.453)
Impostos, taxas e contribuições	(28.702)	(620.232)	(18.996)	(667.930)	(27.286)	(586.728)	(18.288)	(632.302)
Aluguéis e seguros	(383.752)	(113.139)	(16.796)	(513.687)	(361.289)	(93.679)	(12.246)	(467.214)
Custo das mercadorias vendidas	(722.799)	-	-	(722.799)	(606.780)	-	-	(606.780)
Publicidade e propaganda	-	(449.981)	-	(449.981)	-	(429.165)	-	(429.165)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(448.132)	-	(448.132)	-	(432.431)	-	(432.431)
Outros	(1.125)	(50.618)	(22.315)	(74.058)	(2.520)	(21.501)	(30.807)	(54.828)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	09/2023				09/2022			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(8.583.065)	(4.288.090)	(1.309.616)	(14.180.771)	(7.786.381)	(4.142.864)	(1.358.847)	(13.288.092)
Pessoal	(46.259)	(631.998)	(342.468)	(1.020.725)	(38.394)	(553.159)	(330.283)	(921.836)
Serviços de terceiros	(522.785)	(1.679.450)	(605.173)	(2.807.408)	(477.689)	(1.669.350)	(614.225)	(2.761.264)
Interconexão e meios de conexão	(2.065.756)	-	-	(2.065.756)	(1.867.121)	-	-	(1.867.121)
Depreciação e amortização	(4.810.661)	(252.566)	(303.837)	(5.367.064)	(4.398.457)	(217.480)	(352.991)	(4.968.928)
Impostos, taxas e contribuições	(28.810)	(643.179)	(19.021)	(691.010)	(30.688)	(688.101)	(18.288)	(737.077)
Aluguéis e seguros	(384.441)	(113.142)	(16.802)	(514.385)	(364.604)	(93.682)	(12.246)	(470.532)
Custo das mercadorias vendidas	(722.799)	-	-	(722.799)	(606.780)	-	-	(606.780)
Publicidade e propaganda	-	(449.982)	-	(449.982)	-	(429.172)	-	(429.172)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(467.157)	-	(467.157)	-	(470.418)	-	(470.418)
Outros	(1.554)	(50.616)	(22.315)	(74.485)	(2.648)	(21.502)	(30.814)	(54.964)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 15.322 (R\$ 17.106 em 30 de setembro de 2022). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	860	7.743	860	7.743
Multas s/ serviços de telecomunicações	54.819	50.345	55.047	53.728
Receita na alienação de ativos	3.097	6.728	3.097	6.728
Outras receitas	46.792	45.574	46.785	46.999
	<u>105.568</u>	<u>110.390</u>	<u>105.789</u>	<u>115.198</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (i)	(117.225)	(98.867)	(118.391)	(105.308)
Impostos, taxas e contribuições	(959)	(1.592)	(959)	(1.618)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(234.594)	(161.627)	(234.596)	(161.627)
Despesa na alienação de ativos	(8.382)	(20.324)	(8.382)	(20.324)
Outras despesas	(17.115)	(15.933)	(17.796)	(16.679)
	<u>(378.275)</u>	<u>(298.343)</u>	<u>(380.124)</u>	<u>(305.556)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(272.707)</u>	<u>(187.953)</u>	<u>(274.335)</u>	<u>(190.358)</u>

(i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

Notas Explicativas

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Receitas financeiras	932.177	965.918	952.926	991.861
Juros sobre aplicações financeiras	318.507	390.647	338.980	414.532
Juros de clientes	19.092	19.905	19.173	20.965
Juros swap	370.597	240.838	370.597	240.838
Juros sobre arrendamento	20.935	20.974	20.935	20.974
Atualização monetária (i)	161.017	146.596	161.017	146.596
Outros derivativos (ii)	39.173	137.891	39.173	137.891
Outras receitas	2.856	9.067	3.051	10.065

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Refere-se, principalmente à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas. Até 30 de setembro de 2023, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 9ª e 10ª metas contratuais, gerando um efeito de R\$ 39.173 (R\$ 117.520 em 30 de setembro de 2022, referente a 5ª, 6ª e 7ª metas contratuais). O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Despesas financeiras	(2.103.106)	(1.900.952)	(2.011.031)	(2.090.769)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(100.261)	(82.349)	(100.261)	(82.349)
Juros sobre impostos e taxas	(186.407)	(126.370)	(189.756)	(139.329)
Juros swap	(450.044)	(500.776)	(450.044)	(500.776)
Juros sobre arrendamento	(831.677)	(793.073)	(730.104)	(957.339)
Atualização monetária (i)	(306.012)	(195.784)	(311.189)	(206.455)
Descontos concedidos	(41.716)	(34.551)	(41.716)	(35.230)
Outras despesas	(186.989)	(168.049)	(187.961)	(169.291)

(i) Parte substancial relacionada a: (a) atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$247.139, vide nota 24 (R\$ 111.633 em 30 de setembro de 2022); e (b) atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos e autorizações, no montante R\$ 30.724 (R\$ 165.896 em 30 de setembro de 2022).

Notas Explicativas

33. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Receitas				
Empréstimos e financiamentos (i)	81.956	120.607	81.956	120.607
Fornecedores	27.133	29.138	27.133	29.138
Swap (ii)	10.698	49.872	10.698	49.872
Outros	21.292	28.222	21.292	28.222
	141.079	227.839	141.079	227.839
Despesas				
Empréstimos e financiamentos (i)	(10.698)	(165.095)	(10.698)	(165.095)
Fornecedores	(13.346)	(15.018)	(13.346)	(15.018)
Swap (ii)	(81.956)	(5.285)	(81.956)	(5.285)
Outros	(32.470)	(32.464)	(32.470)	(32.463)
	(138.470)	(217.862)	(138.470)	(217.861)
Variações cambiais, líquidas	2.609	9.977	2.609	9.978

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

34. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	09/2023	09/2022
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.754.913	1.132.567
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.762	2.420.074
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,72	0,47

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	09/2023	09/2022
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	1.754.913	1.132.567
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.769	2.420.288
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,72	0,47

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 6 milhares (214 milhares em 30 de setembro de 2022) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 27.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo		
	Controladora	Consolidado	
	09/2023	12/2022	12/2022
Telecom Italia Sparkle (i)	1.259	2.770	2.770
Gruppo Havas (vi)	33.505	-	-
TI Sparkle (iii)	1.099	1.494	1.494
TIM Brasil (vii)	22.704	22.790	22.790
Telecom Italia S.p.A. (ii)	4.774	2.086	2.086
I-Systems (ix)	12.511	14.762	14.762
Cozani (x)	-	456.185	-
Outros	96	674	674
Total	75.948	500.761	44.576

Notas Explicativas

	Passivo		
	Controladora		Consolidado
	09/2023	12/2022	12/2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	84.350	85.845	85.845
Telecom Italia Sparkle (i)	3.114	4.436	4.436
TI Sparkle (iii)	7.783	9.445	9.445
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858	10.858
Grupo Vivendi (v)	2.649	3.457	3.457
Gruppo Havas (vi)	110.714	65.618	65.618
I-Systems (viii)	82.457	49.391	49.391
Cozani (x)	-	383.621	-
Italtel (xi)	21.243	13.348	13.348
Outros	11.697	8.862	8.862
Total	334.865	634.881	251.260

	Receita			
	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	4.325	1.638	4.325	1.638
Telecom Italia Sparkle (i)	2.209	2.665	2.209	2.665
TI Sparkle (iii)	595	1.640	595	1.640
I Systems (ix)	24.602	27.417	24.602	27.417
Cozani (x)	-	6.083	-	-
Total	31.731	39.443	31.731	33.360

	Custo/Despesa			
	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	94.046	75.496	94.046	75.496
Telecom Italia Sparkle (i)	11.060	11.827	11.060	11.827
TI Sparkle (iii)	13.303	13.697	13.303	13.697
Grupo Vivendi (v)	5.001	3.013	5.001	3.013
Gruppo Havas (vi)	406.038	275.872	406.038	275.872
I Systems (viii)	305.883	273.412	305.883	273.412
Cozani (x)	-	9.936	-	-
Outros	15.895	17.629	15.895	17.629
Total	851.226	680.882	851.226	670.946

Notas Explicativas

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabos submarinos) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 365.493 (R\$ 248.527 em 30 de setembro de 2022), estão relacionados aos repasses de mídia.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.
- (ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
- (x) Referem-se a contratos relativos à operação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, *roaming*, cessão de meios e uso de radiofrequências, além de acordos de cofaturamento.
- (xi) Os valores referem-se ao desenvolvimento de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações. A empresa foi incorporada em abril de 2023 e todos os saldos *intercompany* eliminados.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia investiu R\$ 6.673 (R\$ 3.137 em 30 de setembro de 2022).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

Notas Explicativas

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	09/2023	09/2022
Benefícios de curto prazo	18.240	24.337
Remuneração baseada em ações	6.816	28.770
	25.056	53.107

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, e a exposição a taxa pré-fixada atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 21.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Notas Explicativas

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	09/2023		12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	256.037	330.313	276.951	393.372
Outros derivativos (i)	502.453	-	624.671	-
	<u>758.490</u>	<u>330.313</u>	<u>901.622</u>	<u>393.372</u>
Parcela circulante	(243.540)	(330.313)	(239.189)	(343.142)
Parcela não circulante	514.950	-	662.433	50.230

Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 30 de setembro de 2023 (5,52% em 31 de dezembro de 2022), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$25,5 milhões até 30 de setembro de 2023 (R\$23,9 milhões até 31 de dezembro de 2022). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$502 milhões e R\$ 625 milhões, respectivamente. A variação no período, refere-se ao atingimento de 2 metas em 2023 (9ª e 10ª metas), com o valor justo de R\$ 40,7 milhões e a subscrição e ações no montante de R\$ 163 milhões, conforme nota 12.

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e subsequentemente reavaliado e eventuais variações registradas no resultado financeiro da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados na nota 28.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2023 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2024	10.247
2025	504.703
2026 em diante	-
	<u>514.950</u>

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 17.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	09/2023		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	851.197	923.438	1.774.635
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	851.197	923.438	1.774.635
Instrumentos financeiros derivativos	-	256.037	256.037
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Títulos e valores mobiliários	851.197	-	851.197
Outros ativos financeiros	-	164.948	164.948
Total do passivo		330.313	330.313
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	330.313	330.313
Instrumentos financeiros derivativos	-	330.313	330.313

Notas Explicativas

	12/2022		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.203.564	901.622	3.105.186
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.203.564	901.622	3.105.186
Instrumentos financeiros derivativos	-	276.951	276.951
Outros derivativos		624.671	624.671
Títulos e valores mobiliários	2.203.564	-	2.203.564
Total do passivo	-	393.372	393.372
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	393.372	393.372
Instrumentos financeiros derivativos	-	393.372	393.372

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

30 de setembro de 2023

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.187.095	1.774.635	10.961.730
Instrumentos financeiros derivativos	-	256.037	256.037
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.812.602	-	3.812.602
Títulos e valores mobiliários	-	851.197	851.197
Caixa e equivalentes de caixa	3.608.812	-	3.608.812
Arrendamentos	239.685	-	239.685
Depósitos judiciais	1.444.299	-	1.444.299
Outros ativos financeiros	-	164.948	164.948
Outros valores a compensar	81.697	-	81.697
Passivo, conforme o balanço patrimonial	22.498.694	330.313	22.829.007
Empréstimos e Financiamentos	4.837.067	-	4.837.067
Instrumentos financeiros derivativos	-	330.313	330.313
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.853.828	-	3.853.828
Passivo de arrendamento	12.605.760	-	12.605.760
Outras obrigações contratuais	748.291	-	748.291
Dividendos e JSCP a pagar	453.748	-	453.748

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2022

	Controladora			Consolidado		
	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.405.960	3.105.186	10.511.146	7.851.215	3.105.186	10.956.401
Instrumentos financeiros derivativos	-	276.951	276.951	-	276.951	276.951
Outros derivativos	-	624.671	624.671	-	624.671	624.671
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.978.135	-	3.978.135	3.659.777	-	3.659.777
Títulos e valores mobiliários	-	2.203.564	2.203.564	-	2.203.564	2.203.564
Caixa e equivalentes de caixa	1.785.100	-	1.785.100	2.548.713	-	2.548.713
Arrendamentos	238.646	-	238.646	238.646	-	238.646
Depósitos judiciais	1.377.560	-	1.377.560	1.377.560	-	1.377.560
Outros valores a compensar	26.519	-	26.519	26.519	-	26.519
Passivo, conforme o balanço patrimonial	20.713.839	393.372	21.107.211	23.448.704	393.372	23.842.076
Empréstimos e Financiamentos	4.969.825	-	4.969.825	4.969.825	-	4.969.825
Instrumentos financeiros derivativos	-	393.372	393.372	-	393.372	393.372
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.385.356	-	4.385.356	4.237.229	-	4.237.229
Passivo de arrendamento	9.948.873	-	9.948.873	12.831.865	-	12.831.865
Outras obrigações contratuais	748.291	-	748.291	748.291	-	748.291
Dividendos e JSCP a pagar	661.494	-	661.494	661.494	-	661.494

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 30 de setembro de 2023, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Notas Explicativas

Baseado na evolução obrigatória de mercado, efetuamos a transição do índice de nossa dívida junto ao KFW/Finninvera, passando de *Libor* para SOFR.

Da mesma forma, para mantermos a proteção, efetuamos a migração da operação de swap junto ao Bank of America, até então, baseada em Libor, passando a partir de janeiro de 2024 também para SOFR. Transição sem nenhum efeito em caixa e com o mesmo custo em percentual do CDI original.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de setembro de 2023

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	128.090	128.090	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	218.477	220.439	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.515.537	1.518.405	100%	1,73% a 3,80% a.a.	CDI + 1,05% a 108,95% do CDI
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	506.007	507.068	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.885.859	1.888.027	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	391.918	392.978	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2022

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	175.589	175.589	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	249.400	249.166	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.568.683	1.569.829	100%	1,73% a 3,80% a.a.	CDI + 1,05% a 108,95% do CDI
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.265	517.727	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.796.843	1.796.843	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	394.139	394.139	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Notas Explicativas

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Set./23		4.023.219	-	4.023.219	(4.097.292)	(74.073)	-	-
CDI	provável	4.023.219	-	4.023.219	(4.097.292)	(74.073)	-	-
	possível	4.023.020	(199)	4.023.020	(4.134.654)	(111.634)	(37.561)	(37.362)
	remoto	4.022.826	(394)	4.022.826	(4.171.637)	(148.811)	(74.738)	(74.344)
USD	provável	4.023.219	-	4.023.219	(4.097.292)	(74.073)	-	-
	possível	4.429.575	406.356	4.429.575	(4.097.292)	332.283	406.356	-
	remoto	4.835.931	812.712	4.835.931	(4.097.292)	738.639	812.712	-
Libor	provável	4.023.219	-	4.023.219	(4.097.292)	(74.073)	-	-
	possível	4.025.255	2.036	4.025.255	(4.097.292)	(72.037)	2.036	-
	remoto	4.027.292	4.073	4.027.292	(4.097.292)	(70.000)	4.073	-
IPCA	provável	4.023.219	-	4.023.219	(4.097.292)	(74.073)	-	-
	possível	3.923.049	(100.170)	3.923.049	(4.097.292)	(174.243)	(100.170)	-
	remoto	3.829.346	(193.873)	3.829.346	(4.097.292)	(267.946)	(193.873)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BNB, BNP Paribas, Debenture e BNDES).

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
CDI	Provável	12,65%	5,0076	5,73%	5,19%
	Possível	15,81%	5,0076	5,73%	5,19%
	Remoto	18,98%	5,0076	5,73%	5,19%
USD	Provável	12,65%	5,0076	5,73%	5,19%
	Possível	12,65%	6,2595	5,73%	5,19%
	Remoto	12,65%	7,5114	5,73%	5,19%
Libor	Provável	12,65%	5,0076	5,73%	5,19%
	Possível	12,65%	5,0076	7,16%	5,19%
	Remoto	12,65%	5,0076	8,60%	5,19%
IPCA	Provável	12,65%	5,0076	5,73%	5,19%
	Possível	12,65%	5,0076	5,73%	6,49%
	Remoto	12,65%	5,0076	5,73%	7,79%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Notas Explicativas

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2023 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2023	09/2022
Resultado líquido em operações de Derivativos	(150.705)	(215.350)
Resultado de operações com outros derivativos	39.173	117.520

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (i)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)
Ingressos	-	1.740.464	122.218
Saldo de companhia incorporada	-	2.992.831	-
Cancelamentos	-	(849.215)	-
Encargos financeiros	250.921	1.029.263	79.448
Variações cambiais, líquidas	(71.257)	-	71.257
Pagamentos	(312.422)	(2.256.456)	(192.849)
	-	-	-
30 de setembro de 2023	4.837.067	12.605.760	(428.177)

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, inclui pagamentos de multas no montante de R\$ 155 milhões.

Notas Explicativas

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)
Ingressos	1.249.128	1.808.682	(132.166)
Cancelamentos	-	(61.899)	-
Encargos financeiros	237.292	797.426	259.937
Variações cambiais, líquidas	44.487	-	(44.587)
Pagamentos	(595.216)	(1.712.110)	(84.431)
30 de setembro de 2022	4.781.156	9.895.638	(448.379)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)
Ingressos	1.249.128	1.808.682	(132.166)
Aquisição Cozani – saldo de partida 30/04/2022	-	2.929.449	-
Cancelamentos	-	(61.899)	-
Encargos financeiros	237.292	963.312	259.937
Variações cambiais, líquidas	44.487	-	(44.587)
Pagamentos	(595.216)	(2.069.559)	(84.431)
30 de setembro de 2022	4.781.156	12.633.524	(448.379)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	09/2023	12/2022
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.825	5.825

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

Notas Explicativas

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

39. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$590.376
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$30.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

Notas Explicativas

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	09/2023	09/2022	09/2023	09/2022
<u>Transações que não envolvem caixa</u>				
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.644.073)	(1.691.524)	(2.044.366)	(1.693.144)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	1.644.073	1.691.524	2.044.366	1.693.144
Ativo e passivos líquidos de efeitos de incorporação	3.877.394	-	-	-
Subscrição bônus Banco C6	162.958	-	162.958	-

41. Eventos subsequentes

Acordo referente ao preço de fechamento ajustado referente a aquisição da Cozani

No dia 4 de outubro de 2023, a TIM S.A., por meio de Fato Relevante, comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. ("Compradoras"), e de outro, a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Vendedora" e, em conjunto com as Compradoras, as "Partes") ("Acordo"), como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo, foi R\$ 6,68 bilhões, tendo como referência a data do fechamento ("Preço Final Ajustado TIM").

Tendo em vista o Preço Final Ajustado TIM, a Companhia resgatou parcela correspondente à metade do valor que havia sido depositado em juízo e posteriormente transferido à Câmara Arbitral (equivalente a aproximadamente R\$ 317 milhões na data do fechamento, atualizado pela variação de 100% do CDI até o depósito em juízo e acrescido, ainda, de juros e/ou correção monetária, incidentes até a data do respectivo resgate), e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia.

Pagamento de JSCP

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 18 de setembro de 2023, a distribuição de R\$ 425.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorreu no dia 23 de outubro de 2023, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 21 de setembro de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TIM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 6 de novembro de 2023.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES
Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2023.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2023.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2023.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2023.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer